

MARILDA BATISTA MITIDIERO

**O MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA NO ENSINO DA
HISTÓRIA: PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CONTEXTO DA
TERRITORIALIDADE**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2009**

MARILDA BATISTA MITIDIERO

**O MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA NO ENSINO DA
HISTÓRIA: PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CONTEXTO DA
TERRITORIALIDADE**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Profª Drª Maria Augusta de Castilho.

Bolsista: FUNDECT

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2009**

Ficha catalográfica

Mitidiero, Marilda Batista

M685 O Museu José Antonio Pereira no ensino da história: patrimônio, identidade e desenvolvimento local no contexto da territorialidade / Marilda Batista Mitidiero; orientadora, Maria Augusta de Castilho, 2009

. 121 f.: + anexos

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento local) – Universidade Católica dom Bosco. Campo Grande, 2009

1. História – Estudo e ensino superior 2. Desenvolvimento local
3. Museu José Antonio Pereira - Campo Grande, MS
4. Territorialidade I. Castilho, Maria Augusta de II. Título.

CDD 907

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: O Museu José Antônio Pereira no ensino da história: patrimônio, identidade e desenvolvimento local no contexto da territorialidade.

Área de Concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento local em dimensões sociocomunitárias com atenção em comunidades tradicionais.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: 21/05/2009

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Augusta Castilho - UCDB

Prof^a Dr^a Regina Célia Pagliuchi da Silveira - PUC - SP

Prof. Dr. Marcelo Marinho - UCDB

Prof^a Dr^a Arlinda Cantero Dorsa - UCDB

MÃE! “Sua presença que me acompanha em todos os momentos de minha vida, me incentivando, me encaminhando e me protegendo nessa vida. De onde está sei do seu orgulho e amor, de cá meu amor e minha homenagem”. Para você, que foi sempre meu ponto de equilíbrio, minha fonte de força e amor.

Para minha linda família!
Meu esposo! Meu muito obrigada pela enorme
força, incentivo e compreensão!
Meus filhos! Razão da minha vida, amor
incondicional.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela maneira como me protege e me fortalece desde meus primeiros passos, assim como nos meus melhores e piores momentos da vida, me encorajando com suas bênçãos.

Aos meus guias espirituais que também me protegem, amparando-me e fortalecendo-me nos percalços por que passei e me mostrando o caminho do amor, da fé e da abnegação.

À minha família pela torcida e pelo carinho a mim dispensados.

À minha irmã Maria Cecília, minha companheira de sempre.

À minha incondicional amiga que rompeu barreiras além do limite universitário, minha fonte de inspiração, profissionalismo e dedicação e também professora orientadora Dr^a Maria Augusta de Castilho.

A todos os amigos que fiz no decorrer do percurso, que ficará gravado na memória e no coração: grandes amizades, grandes companheiros e grandes sentimentos.

Guardar

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por
admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela
iluminado.
Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília
por ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado
por ela, isto é, estar por ela ou ser por ela.
Por isso, melhor se guarda o vôo de um pássaro do
que de um pássaro sem vôos.
Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se
publica, por isso se declara e declama um poema.
Para guardá-lo.
Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda.
Guarde o que quer que guarda um poema.
Por isso o lance do poema.
Por guardar-se o que se quer guardar.

Antônio Cícero Correa Lima
(1996)

RESUMO

A pesquisa analisou e identificou o museu como patrimônio cultural tangível, reconhecendo o local como uma instituição também da comunidade, cujo patrimônio pode ser reconhecido como instrumento da construção da identidade e consequentemente da cidadania. Identificaram-se no estudo as principais atividades desenvolvidas pelo museu José Antônio Pereira, as formas de visitas, o público-alvo, destacando o histórico do local e como a comunidade do entorno pode ser agente de conhecimento e divulgação do museu em questão. Constatou-se que a comunidade do entorno, bem como a comunidade escolar estudada não participa das atividades do museu e muitos nem o conhecem. Essa problemática foi a pauta principal da pesquisadora no trabalho de interlocução com as referidas comunidades. A abordagem teórica metodológica toma como referência: o patrimônio, a identidade, a territorialidade, o local e o valor simbólico de cada objeto do acervo, com foco especial, na escola e na comunidade do entorno. O objetivo da pesquisa, por meio do método indutivo e uma metodologia de análise integrada foi interpretar e buscar, em seu contexto territorial, as identidades coletivas e a dinâmica da conservação patrimonial como propriedades dessas identidades. Quanto à abordagem, optou-se pela qualitativa, uma vez que foram trabalhadas as representações sociais principalmente dos sujeitos-objeto da investigação (entrevistas, diálogos, observações). As fontes que viabilizaram a pesquisa (arquivos, jornais, sites, leituras bibliográficas, fotos, visitas, entrevistas, diálogos e observação participante) foram interpretadas à luz das categorias do patrimônio cultural. O referencial teórico foi pautado na análise de autores que destacaram conceitos sobre identidade, memória, memória cultural, território, territorialidade, patrimônio e desenvolvimento local. As alternativas do estudo apontaram para uma análise da história, que foi realizada por meio de oficinas na Escola Estadual Teotônio Vilela, assim como entrevistas e diálogos com a comunidade do entorno. Para uma melhor compreensão da temática, utilizou-se a observação do patrimônio não como uma fonte de coleção ou estudo, mas como um conjunto global, um recurso do território, ao mesmo tempo natural, cultural e humano. A análise e a interpretação de todos os dados coletados deram suporte para que se estabelecesse uma interação do museu José Antônio Pereira com a comunidade campo-grandense e do entorno. Muitos moradores se comprometeram a participar, a visitar e a divulgar o Museu José Antônio Pereira, pois uma vez que cabe ao público interpretar o patrimônio cultural musealizado, o que implica (re) significá-lo. Já os alunos da Escola Estadual Teotônio Vilela, após as oficinas (com material de apoio sobre o museu), passaram a visitar e a se interessar mais pelo museu. Os professores também receberam material de apoio e treinamento para a divulgação do acervo do museu, pois se considera que os educadores de museus são portadores de um conhecimento empírico e teórico que é, em grande medida, o responsável pela normatização das atividades educacionais da instituição na qual estão inseridos. No estudo, ficou evidenciado que a comunidade do entorno, professores e alunos da Escola Estadual Teotônio Vilela passou a ter um outro olhar sobre o Museu José Antônio Pereira, uma vez que em suas falas nas entrevistas os participantes destacaram que é fundamental preservar esse patrimônio cultural tão significativo para a cultura local.

Palavras-chave: Patrimônio. Identidade. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

The research analyzed and identified the museum as tangible cultural patrimony, recognizing the locale also as an institution of the community, the patrimony of which can be recognized as an instrument in the construction of identity and consequently of citizenship. During the study the main activities carried out by the Jose Antonio Pereira museum were identified, the style of visits, the public in mind, bringing out the history of the locale and how the surrounding community can be an agent of knowledge and divulgation of the museum in question. It was found that the surrounding community as well as the school community studied does not participate in the activities of the museum and many have not even visited the museum. This situation became the main object of the study through conversations with the communities referred to. The theoretical methodological approach takes as reference: patrimony, identity, territoriality, the locale and the symbolic value of each object in the museum collection, with special focus on the school and the surrounding community. The effort of the research, through the inductive method and the methodology of an integrated analysis was that of interpreting and seeking out in its territorial context, the collective identities and the dynamic of patrimonial conservation as properties of these identities. As to the approach, the option made was for the qualitative, as the social representations were studied mainly of the subjects and objects of the investigation (interviews, dialogues, observations etc.). The resources that made the research possible (archives, newspapers, sites,, bibliographical readings, photos, visits, interviews, dialogues, and participant observation) were interpreted in the light of the categories of cultural patrimony. The theoretical reference was based on the analysis of authors who brought out concepts of identity, memory, cultural memory, territory, territoriality, patrimony and local development. The alternatives of the study pointed to an analysis of the history, which were carried out with the use of workshops in the Teotônio Vilela State School, as well as interviews and dialogues with the surrounding community. For a better understanding of the theme, observation of the patrimony was carried not as a resource of the collection or a study, but as a global set of information, a territorial resource, at the same time natural, cultural and human. The analysis and the interpretation of all the data collected supported the establishing of an interaction of the Jose Antonio Pereira Museum with the surrounding community and that of Campo Grande. Many local dwellers took on the obligation of participating in the visiting and divulging of the Jose Antonio Pereira Museum, as seeing as how it is up to the public to interpret the cultural patrimony in museums, which implies in (re)signifying it. After the workshops (using support material about the museum) with the pupils of the Teotonio Vilela State School, they began to visit the museum and became more interested in it. The teachers also received support material and training for the divulging of the museum collection, as museum educators are considered as bearers of empirical and theoretical knowledge which is, in great part, responsible for the regularization of educational activities of the institution in which they are inserted. From the study it became evident that the surrounding community, teachers and pupils of the Teotonio Vilela State School all began to have a different view of the Jose Antonio Pereira Museum, as in their interviews they brought out that it is fundamental to preserve this cultural patrimony which is so significant for the local culture.

Key words: Patrimony. Identity. Local Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Morada dos Baís - Pensão Pimentel	45
Figura 2	- Vista frontal da Feira Central	46
Figura 3	- Feira Indígena	47
Figura 4	- Igreja São Benedito	47
Figura 5	- Igreja Santo Antônio	48
Figura 6	- Vista parcial do Mercadão Municipal	49
Figura 7	- Museu de Arte Contemporânea - Museu Marco	49
Figura 8	- Parte do acervo do Museu da Força Expedicionária Brasileira - FEB	50
Figura 9	- Réplica do antigo relógio da rua 14 de julho	51
Figura 10	- Vista parcial da Universidade Católica Dom Bosco	51
Figura 11	- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	52
Figura 12	- Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP	52
Figura 13	- Horto Florestal	53
Figura 14	- Balé da Colônia Paraguaia de Campo Grande	54
Figura 15	- Danças tradicionais gaúcha	55
Figura 16	- Vista total Estádio Pedro Pedrossian (Morenão)	55
Figura 17	- Vista parcial interna do Estádio Pedro Pedrossian (Morenão)	55
Figura 18	- Vista parcial do Estádio Belmar Fidalgo	56
Figura 19	- Vista aérea da Praça do Rádio	57
Figura 20	- Concha acústica da Praça do Rádio	57
Figura 21	- Vista parcial do Camelódromo	58
Figura 22	- José Antônio Pereira	59
Figura 23	- Primeira viagem de José Antônio Pereira, em 1872	61
Figura 24	- Segunda viagem de José Antônio Pereira, em 1875	62
Figura 25	- Placa indicativa do Museu José Antônio Pereira localizada no início da Avenida Guaicurus	66
Figura 26	- Vista parcial frontal do Museu	66

Figura 27 - Vista parcial do Museu José Antônio Pereira antes da reforma	68
Figura 28 - Modelo de uma parede de Taipa de pau-a-pique no quarto de nº 3 do Museu José Antônio Pereira	69
Figura 29 - Placa de restauração do museu	70
Figura 30 - Escultura de Antônio Luiz Pereira, com a esposa Anna Luiza e filha Carlinda	71
Figura 31 - Placa sobre a escultura	71
Figura 32 - Vista parcial externa do Museu	71
Figura 33 - Placa do histórico da Fazenda Bálamo e vista parcial do museu	72
Figura 34 - Busto e máquina registradora	73
Figura 35 - Exposição do acervo	73
Figura 36 - Carlinda Pereira Contar	74
Figura 37 - José Antônio Pereira	74
Figura 38 - Sinos	74
Figura 39 - Ferro de passar roupas (brasa) A	75
Figura 40 - Ferro de passar roupas (brasa) B	75
Figura 41 - Lamparinas	76
Figura 42 - Lampião	76
Figura 43 - Estribo	77
Figura 44 - Debulhadores de milho	77
Figura 45 - Máquina de moer	77
Figura 46 - Prateleira	78
Figura 47 - Bules	79
Figura 48 - Bacias de cobre e gamelas de madeira	79
Figura 49 - Fogão a lenha e panelas de ferro	80
Figura 50 - Suporte para o coador de café	80
Figura 51 - Cômoda com imagem do santo padroeiro da cidade - Santo Antônio	81
Figura 52 - Cama de casal	82
Figura 53 - Cama de casal com couro trançado	82
Figura 54 - Paletó na parede	83
Figura 55 - Caixa de madeira	83
Figura 56 - Tear	84
Figura 57 - Roca	84
Figura 58 - Máquina de costura	84
Figura 59 - Moenda	85

Figura 60 - Abrigo do carro de boi (carroça)	85
Figura 61 - Carro de boi	86
Figura 62 - Roda do carro de boi	86
Figura 63 - Arreio/sela de animal	86
Figura 64 - Vista lateral do monjolo	87
Figura 65 - Pilão do monjolo	87
Figura 66 - Cerca divisória da Fazenda Bálamo	87
Figura 67 - Busto de José Antônio Pereira	88
Figura 68 - Obelisco e “medalhão” do obelisco	88
Figura 69 - Monumento em homenagem aos fundadores	89
Figura 70 - Vista parcial da Escola Estadual Teotônio Vilela	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	16
1.1 ESPAÇO	16
1.2 LUGAR	19
1.3 TERRITÓRIO	21
1.4 COMUNIDADE	23
1.5 IDENTIDADE	26
1.6 CULTURA	30
1.7 DESENVOLVIMENTO LOCAL	34
1.8 PATRIMÔNIO CULTURAL	37
1.8.1 Patrimônio cultural da humanidade	40
1.8.2 Patrimônio cultural brasileiro - o surgimento da memória nacional brasileira	42
1.8.3 Patrimônio cultural local	43
2 PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPO GRANDE	45
3 O MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA	59
3.1 A HISTÓRIA DE JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA - FUNDADOR DA CIDADE DE CAMPO GRANDE	59
3.2 O MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA	65
3.2.1 Museu José Antônio Pereira - antes da reforma	67
3.2.2 Restauração do Museu José Antônio Pereira	70
3.2.3 O Acervo do Museu José Antônio Pereira	72
3.2.4 Homenagens a José Antônio Pereira	88

4 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	90
4.1 A COMUNIDADE ESCOLAR	90
4.2 A COMUNIDADE LOCAL	98
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
 REFERÊNCIAS	104
 APÊNDICE	111
 ANEXOS	112

INTRODUÇÃO

No Brasil, a tarefa de preservar os museus cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado ao Ministério da Cultura. Sua abrangente missão é identificar, proteger, restaurar, documentar, preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros visando assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e futuras gerações.

As dimensões continentais do Brasil, a diversidade das contribuições dos diversos elementos formadores de sua sociedade, a riqueza e a variedade de seus ecossistemas, resultam em um universo cultural incomensurável. Tal universo se expressa por meio dos modos de fazer e viver, das criações científicas, artísticas e tecnológicas, das obras, dos objetos. Verifica-se que: documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, auxiliam de forma significativa o estudo em tela.

O museu ainda hoje é considerado um lugar distante, com valiosos objetos que não podem ser tocados, fotografados, filmados. Percebe-se um desinteresse pelo acervo histórico da maioria da população a qual mantém uma postura inerte em relação ao estudo e compreensão da cultura dos antepassados. São essas formas de encarar o patrimônio e o fato de percebê-lo como instrumento da construção da identidade que não permitem que se aceite para o presente os modelos há muito tempo superados. O desinteresse pelo museu, por parte da comunidade, colabora para a falta de preservação da sociedade em relação à memória do lugar e, dessa forma, desestimula a manutenção da identidade cultural que é uma das características do desenvolvimento local.

No estudo destacou-se o seguinte objetivo geral - realizar um levantamento sobre a história do Museu José Antônio Pereira no contexto do desenvolvimento local, contribuindo

assim, para a formação histórica da população campo-grandense. Assinalaram-se os seguintes objetivos específicos: levantar todo o acervo do museu José Antônio Pereira, as formas de visitas, o público-alvo e a apresentar o histórico do local. Nesse contexto, a pesquisadora foi a interlocutora da comunidade local e da escola pesquisada, onde se estabeleceu a seguinte questão norteadora: - o museu local é visto como um instrumento de visitação, preservação e divulgação para a formação de aspectos relacionados à cidadania da comunidade do entorno?

O trabalho metodológico foi embasado em análise bibliográfica, contemplando o espaço, o lugar, o território, a comunidade, a identidade, a cultura, o desenvolvimento local e o patrimônio cultural para se entender o contexto do museu estudado. Também foram analisados textos, documentos, fatos e fotos. Para uma melhor compreensão, utilizou-se a observação do patrimônio não como uma fonte de coleção ou estudo, mas como um conjunto global, um recurso do território, ao mesmo tempo natural, cultural e humano.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizadas as pesquisas: qualitativa e quantitativa, a partir da abordagem sociocomunitária da comunidade pesquisada do entorno, bem como observações e questionários com os agentes da comunidade escolar e da comunidade local.

O trabalho foi realizado na Escola Estadual Teotônio Vilela - Ensino Fundamental, em duas salas do 5º ano - turma B e C, nas disciplinas de História e Geografia, em que, por meio de oficinas, foi apresentado o acervo do museu José Antônio Pereira, com apresentação em *Power-Point*. Introduziu-se um questionário semiestruturado para os alunos (apêndice), a fim de verificar quantos conhecem ou já visitaram o Museu José Antônio Pereira assim como os seus familiares.

Com a comunidade do entorno (comércio, associação de moradores), foram realizadas entrevistas semiestruturadas para avaliação do conhecimento que os habitantes locais têm sobre a história do museu, bem como sua importância patrimonial para a comunidade do entorno.

O texto desta dissertação foi estruturado nas seguintes partes: 1 - Referencial teórico; 2 - Patrimônio cultural de Campo Grande; 3 - O Museu José Antônio Pereira; 4 - A comunidade do entorno do Museu José Antônio Pereira.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para fundamentar a presente pesquisa, várias obras de autores sobre a temática abordada embasaram o estudo, principalmente, no tocante aos conceitos e ideias sobre patrimônio cultural, diversidade cultural, meio ambiente cultural, a questão da identidade da comunidade local, a diversidade cultural e a proteção dos direitos humanos, assim como a valorização do patrimônio para a comunidade local.

1.1 ESPAÇO

A ideia de espaço está baseada exclusivamente no ser humano, pois só haverá espaço a partir da criação e de uma estruturação mental de um território vivido, ou seja, um mapa criado a partir de uma experiência. Callai (1999, p. 23) argumenta que:

O espaço é o palco onde acontecem os fatos, mas também ao mesmo tempo resultado da vida dos homens, das lutas sociais, dos interesses econômicos e políticos. E assim eles se tornam um dado a mais na definição de como as coisas podem acontecer, interferindo nas dinâmicas sociais, colocando limites, ou favorecendo situações.

Para Callai (1999), a noção de espaço é imprescindível para entender a dinâmica da sociedade, até mesmo para que as ações exógenas sejam calcadas num respeito a essa construção social, endógena. Cabe às coletividades compreender o seu papel e assim conseguir se resolver a partir dos atributos culturais espacialmente instalados na comunidade. As lutas, os movimentos sociais e as diversas ações consideradas importantes nos campos da política, educação, cultura e intelectualidade auxiliam as sociedades, cada uma de forma peculiar a gerar a sua noção de espaço.

O ser humano se expressa de acordo com as suas emoções e desejos e organiza-se por conta dos interesses pessoais ou coletivos e se comunica por uma necessidade de interação. Esse processo possibilita ao ser humano uma construção espacial sobre as suas práticas. Santos (1999, p. 51) afirma que o “espaço é um conjunto indissociável e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideradas isoladamente”.

O espaço pode ainda ser entendido de três formas, de acordo com Santos (1994, p. 15):

Em primeiro lugar, o espaço pode ser visto num sentido absoluto, como uma coisa em si, com existência específica, determinada de maneira única. [...] Em segundo lugar, há o espaço relativo, que se põem em relevo as relações entre objetos e que existe somente pelo fato de esses objetos existirem e estarem em relação, uns com os outros. [...] Em terceiro lugar, há o espaço relacional, onde o espaço é percebido como conteúdo e representado no interior de si mesmo.

Desse modo, o espaço não é uma coisa sem sentido, algo abstrato, que pode ser analisado de forma vaga ou racionalmente, mas é sempre uma realidade relacional a coisas e as relações juntas. Santos (1996, p. 51) amplia o conceito de espaço por meio do qual define que o espaço:

É formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideradas isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá [...] O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais povoado por sistemas de ações igualmente imbuídas de artificialidades, e cada vez mais tendentes a finalidades estranhas ao lugar e seus habitantes.

Infere-se, portanto, que o espaço deve ser um conjunto indissociável de que participa de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, de objetos naturais, e de objetos sociais e, de outro, a vida que o preenche e o anima, ou seja, a sociedade em movimento (SANTOS, 1994).

O espaço é fundamental para que a natureza se transforme e os lugares que a constitui são processos seletivos de ocupação. “Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas” (CARLOS, 1996, p. 29).

O espaço pode ser entendido como um lugar que sempre toma novas formas, isto é, processo de reprodução da vida humana. O espaço aparece como produção espacial que se realiza no plano do cotidiano e também nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar. Tudo o que ocorre tem a necessidade de acontecer numa objetividade concreta, por meio da qual o sujeito se situa. “É o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo” (CARLOS, 1996, p. 29). O espaço é imprescindível para se entender a dinâmica da sociedade, até mesmo para que as ações exógenas sejam calcadas no respeito a essa construção social, endógena.

Le Bourlegat (2006) destaca o lugar como suporte concreto para o ser humano existir (morar, produzir, circular, amar, conflitar-se com outro) e fonte de recursos naturais vitais. É onde se vive o cotidiano. É o lugar como existência. Cria existência. O “não-lugar” é caracterizado por ser de fluxo, não cria identidade, é terra de ninguém, como aeroportos, shoppings, auto-estrada.

A apropriação do espaço resulta na criação do território a partir das relações cotidianas vivenciadas. O que se manifesta no território é o território, a territorialidade, que nasce de uma rede de relações sociais que usa o território com a finalidade do bem comum.

Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço [Henri] Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: a produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Raffestin (1993) alega também que, pela falta de critério, espaço e território foram confundidos durante algum tempo, entretanto, são termos diferentes, contudo existem distinções úteis e necessárias. Segundo Raffestin (1993, p. 143-144):

O espaço é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

Nessa perspectiva, o espaço é anterior à ação, um local de possibilidades, realidade material anterior ao conhecimento e à prática desse espaço será objeto do momento em que um ator manifesta intenção de se apoderar dele. O território se apoia no espaço, tanto por conta da produção, a partir do espaço, como por causa das relações que envolvem e se

inscrevem num campo de poder (RAFFESTIN, 1993). Assim, o espaço sempre é ocupado e utilizado pelo lugar.

1.2 LUGAR

O lugar é visto como espaço vivido com qual se estabelecem laços afetivos.

Le Bourlegat (2006) faz a junção entre espaço e lugar afirmando que “o lugar torna-se o espaço de relações entre os diferentes, pois nele se dá o encontro físico e a interação entre indivíduos de diversas temporalidades”.

Segundo a autora, é nesses espaços vividos, onde se amplia a ação comunicativa que se dá o diálogo entre os diferentes em cada instante vivido. É o lugar onde o estrangeiro traz consigo uma temporalidade vivida, de modo que esse lugar proporciona a interação de diferentes tempos sociais, com oportunidades de aprendizagem e inovação. Olhando o sujeito com o qual se pode trocar experiências numa relação interativa, intercultural e dialógica entre sujeitos. Essa troca de experiência implica interagir com o diferente na sua subjetividade e aprender com ele.

Le Bourlegat (2006) afirma que:

Nesse caso, o lugar se apresenta como um mundo individual e particular de quem nele vive e compartilha a vida com outros. Cada lugar é um mundo de existência coletiva e nele se manifesta todas as dimensões da vida (espaço multidimensional). O lugar é espaço percebido pela inteligência intuitiva e colorido por sentimentos nutridos pelos indivíduos e coisas que dele fazem parte.

O lugar é uma base de convivência social, é um conjunto de práticas cotidianas com base nas relações primárias, na coesão gregária e na comunhão e identificação pelas de identidades. É uma construção constante da cultura por meio de um sistema de ações espacialmente localizadas e recriadas constantemente. “O lugar é responsável, através das ações comunicativas pelas mais diversas manifestações de espontaneidade e de criatividade” (SANTOS, 1999, p. 258).

Conforme Lastres e Cassiolato (2005, p. 15) “[...] o local tem sido identificado com a ideia de lugar”. Geograficamente, o lugar pode ser definido como um pedaço do

espaço, onde as pessoas habitam conjuntamente. Associando-se à ideia de localidade, o lugar é tido como cenário físico da atividade social, com uma localização geográfica determinada.

O conceito de lugar pode ser visto a partir da complementaridade de outras três dimensões: a) sob a ótica mais econômica, espaço de realização de atividades técnico-científicas, produtivas, comerciais, financeiras e correlatas que podem operar também em uma escala mais ampla; b) de uma perspectiva micro-sociológica, como espaço rotineiro de interação social, e macro-sociológica como espaço de conformação de estruturas sociais; c) do ponto de vista antropológico e cultural, corresponde a um sentido de lugar, através da identificação do sujeito com o espaço habitado.

O lugar é o ambiente das relações humanas, das práticas e convivências cotidianas com significado e sentido a partir da realidade material e ligação emocional aos objetos. O lugar é onde a vida se desenvolve em todas as suas dimensões, sendo que a ordem interna construída no lugar, tecida pela história e pela cultura, produz a identidade.

O lugar é o plano vivido, é a escala territorial possível de ser percebida, conhecida e reconhecida, pelo uso direto dos sentidos do corpo físico. Pode ser a rua, a praça, o condomínio, o lugar rural, desde que possibilite o encontro coletivo e relações de afetividade.

O lugar além de espaço percebido é também espaço sentido e este sentimento é fundamental para estabelecer uma verdadeira relação de respeito e compromisso (no sentido ecológico) com o meio social e natural. Pertencimento a um lugar é um sentimento tão indispensável à pessoa quanto pertencer a uma família ou grupo social. Trata-se, pois de um sentimento em duplo sentido, já que a pessoa tanto se sente pertencente a um determinado lugar quanto o toma como seu. Ao longo da vida, as pessoas tomam para si elementos do espaço que adquirem algum significado em suas vidas. A escola, uma esquina, um riacho, uma casa, uma árvore entre tantos outros objetos espaciais, podem ser referências importantes, especiais, para toda a existência de uma pessoa. O que torna o espaço um lugar é, essencialmente, a emoção e o simbólico, que o referenciam na existência humana (TUAN, 1976, p. 3).

Há lugares conectados em um círculo, onde formam rede de lugares numa unidade espacial. O lugar nesse caso está isolado, mas selecionado para integrar a rede, em função da virtualidade que possui para o fim a que se destina esse espaço organizacional. O lugar é reconhecido “por fora” e como ponto integrante do circuito do espaço concebido em rede.

Na visão de Carpio (2001, p. 62), o espaço é visto como um local de solidariedade ativa, sendo um processo dinamizador, objetivando melhorar a qualidade de vida da comunidade, por meio de atitudes, comportamentos, instituições, grupos e indivíduos.

El lugar ofrece las oportunidades de ‘bienvivir’, cuando se armonizan inteligentemente las potencialidades locales y las potencialidades ofrecidas por el sistema global porque el desarrollo local es un nuevo paradigma de desarrollo ‘de tipo endógeno, territorial, autocentrado, realizado por las bases sociales, opuesto a los modelos de que vienen de arriba’. En general, ahora se habla de ‘promover un desarrollo sano, autodependiente y participativo’, con contenidos éticos, capaz de crear condiciones para armonizar el crecimiento económico, la solidaridad social y el protagonismo de todas las personas, con cambios en la percepción e idealización del desarrollo: desde el arriba al abajo, desde lo exógeno a lo endógeno, desde la concentración a la dispersión.

Na atualidade, o mundo caracteriza-se pelas conexões entre os lugares, o fenômeno de globalidade, a ordem global, o sistema-mundo que domina os lugares conectados na sociedade atual em rede, cada lugar é um espaço contíguo sendo virtualmente mundial (SANTOS, 1996).

Carpio (2001, p. 62) afirma que a força do lugar é um dos princípios básicos no desenvolvimento local. Para o autor:

El fenómeno de la globalización está formando una compleja red de relaciones entre los lugares del mundo y, en esta realidad, ‘lo local’ constituye su propia fuerza de desarrollo. La tendencia actual de la globalización es que los lugares se unan verticalmente, pero los lugares también se pueden unir horizontalmente, reconstruyendo las bases de la convivencia local. La eficacia de las acciones depende de la existencia de las virtualidades locales que están relacionadas con las potencialidades y el capital sinérgico del territorio que adquieren su totalidad con las formas de interacción interna y la identidad.

Diferentes tempos sociais convergem, permitindo à humanidade planetária construir uma nova consciência de simultaneidade dos acontecimentos. Para agir, as pessoas não precisam sair de casa ou de seu lugar. Pode-se extrair das possibilidades oferecidas pelas situações criadas em âmbito global e oportunidades para serem aproveitadas em seu próprio lugar.

1.3 TERRITÓRIO

O território é uma reordenação do espaço no qual é atribuída uma identidade territorial aos grupos sociais que se organizam e trocam relações em todos os níveis, inclusive o patrimonial, em que o agente principal pode ser ou não uma instituição pública ou privada.

No caso estudado não é uma instituição, mas sim um grupo de indivíduos (comunidade local e escolar) que se insere em um determinado território (SANTOS, 1988).

O território pode ser entendido ainda como a somatória dos sistemas naturais de um determinado país ou uma determinada área, com os fatos construídos pelos homens. “A configuração territorial ou configuração geográfica tem como alicerce sua materialidade, ainda que tenha uma existência social dada pelas relações sociais. Pode-se dizer, pois, que a obra humana vai ao longo da história sendo incorporada pela configuração territorial ou geográfica” (SANTOS, 1988, p.51).

O território é a razão para as relações humanas, o próprio ato de reconhecer o território como seu, o sujeito consegue se perceber enraizado nele, sendo, importante na construção das relações sociais.

Haesbaert (1995) descreve uma visão naturalista do território como fazendo parte do ser humano, como uma raiz na terra. Por outro lado, aponta aspectos da sensibilidade e do sentido humano, moldados pela “natureza” ou pela “paisagem”. Conclui, portanto, nessa sua visão:

Sobrevaloriza e praticamente naturaliza uma ligação afetiva, emocional do homem com seu espaço. Cada grupo social profundamente enraizado a um ‘lugar’ ou a uma ‘paisagem’, com a qual particularmente se identifica. (HAESBAERT, 1995, p. 118).

Martín-Barbero (2003, p. 59) complementa a importância do território na construção social, afirmando que:

Não é possível habitar no mundo sem algum tipo de ancoragem territorial, de inserção no local, já que é no lugar, no território que se desenrola a corporeidade da vida cotidiana e a temporalidade - a história - da ação coletiva, base da heterogeneidade humana e da reciprocidade, características fundadoras da comunicação humana, pois, mesmo atravessado pelas redes do global, o lugar segue feito do tecido das proximidades e das solidariedades.

Em outros termos, o território é uma construção conceitual a partir da noção de espaço. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente [...] o ator ‘territorializa’ o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

A formação do território é algo externo ao território. Segundo Santos (1988), a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais. O autor evidencia o espaço como variável a partir de elementos quantitativos e qualitativos, partindo de uma análise histórica.

O que interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomada a sua relação com os demais elementos e com o todo (SANTOS, 1988, p. 9).

Le Bourlegat (2006) indica que o território só se produz a partir do uso efetivo do espaço, que é uma abstração da mente, por meio de sua apropriação, fruto de um processo de produção do espaço de vida. O território como fruto do constructo social é um espaço de produção. Com base nas relações sociais, a apropriação resulta na produção de formas materiais e funcionais, que sustentam o processo de reprodução da vida. Também há formas imateriais, marcadas pelos códigos e simbólicos, estes dão um sentido particular à vida em sociedade. Além disso, tem uma localização definida no planeta e tem como referência um substrato físico, com características naturais que podem se transformar em recursos utilizáveis.

Em outro aporte, vale ressaltar a territorialidade que está presente o tempo todo, ela é permeada por relações de poder, considerando essas relações de poder, a forma como a comunidade dá importância e relaciona com os objetos, a natureza, o ambiente e com as pessoas.

1.4 COMUNIDADE

O conceito de comunidade, segundo Weber baseia-se na orientação da ação social. Para ele, a comunidade funda-se em qualquer tipo de ligação emocional, afetiva ou tradicional. Weber (1987, p. 77) utiliza como exemplo básico de comunidade a relação.

Chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo ideal baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes.

Para Weber (1987), como para Durkheim (1982), a maioria das relações sociais tem em parte o caráter de comunidade e o caráter de sociedade. Para Weber, a comunidade só existiria propriamente, quando sobre uma base de um sentimento de situação comum e de suas consequências, está também situada à ação reciprocamente referida e que essa referência traduz o sentimento de formar um todo.

A ideia de sociedade está vinculada a de contrato social enquanto a de comunidade a de estado social. A solidariedade é subjetivamente sentida pelos seus membros (Weber) enquanto a sociedade se limita ao prescrito pelas normas legais e pode, no máximo, entender-se como filantropia. A ideia de comunidade supõe a existência de bens ou valores que são comuns aos seus membros e dado que ante os valores existem apenas duas atitudes: preferi-los ou preteri-los - não há lugar para a conduta neutra como a proposta liberal de Estado neutro -, a vinculação dos membros na comunidade é existencial.

Historicamente, o ser humano sempre foi um animal gregário. Para sobreviver e conseguir reproduzir-se trabalhava em grupos que, mais tarde, evoluíram para as primeiras comunidades. O conceito, no entanto, nunca foi uma unanimidade. Weber (1987, p. 79), quando procurou traçar algumas premissas sobre o assunto, ressaltou que “o conceito de comunidade é mantido aqui deliberadamente vago e consequentemente inclui um grupo muito heterogêneo de fenômenos”, pois também considerava que a ideia de comunidade compreendia relações muito abrangentes.

Weber (1987, p. 77) “utiliza como exemplo básico de comunidade a relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo ideal - baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes”.

A visão de uma comunidade como “redentora” e tipo “ideal” de convivência humana permeia muitas das visões e ideias da sociologia clássica, bem como a dicotomia entre comunidade e sociedade. A ideia de comunidade moderna começou a se distinguir de seu protótipo antigo, apoiando-se em diferentes princípios de coesão entre os seus elementos constituintes, como o contraste entre parentesco e território, sentimentos e interesses. O conceito de comunidade foi identificado com diversos aspectos, como a coesão social, a base territorial, o conflito e a colaboração para um fim comum, e não mais a ideia de uma relação familiar, como na *Gemeinschaft* tónesiana.

Recuero (2007) enumera os elementos que caracterizariam essa comunidade: o sentimento de pertencimento, a territorialidade, a permanência, a ligação entre o sentimento de comunidade, caráter corporativo e emergência de um projeto comum e a existência de formas próprias de comunicação. O sentimento de pertencimento, ou “pertença”, seria a noção de que o indivíduo é parte do todo, coopera para uma finalidade comum com os demais membros (caráter corporativo, sentimento de comunidade e projeto comum); a territorialidade, o *lócus* da comunidade; a permanência, condição essencial para o estabelecimento das relações sociais.

Outros autores, como Beamish (1995), explicam que o significado de comunidade giraria em torno de dois sentidos mais comuns: o primeiro refere-se ao lugar físico, geográfico, como a vizinhança, a cidade, o bairro. Assim, as pessoas que vivem em um determinado lugar geralmente estabelecem relações entre si, devido à proximidade física, e vivem sob convenções comuns. O segundo significado refere-se ao grupo social, de qualquer tamanho, que divide interesses comuns, sejam religiosos, sociais, profissionais. Já Beamish (1995) separa o conceito sob dois aspectos: o do território como elemento principal na constituição do grupo ou do interesse comum (e, neste caso, o território comum não é mais condição para a existência das relações entre as pessoas) como cerne da constituição do grupo.

O termo comunidade evoluiu de um sentido quase ideal de família, comunidade rural, passando a integrar um maior conjunto de grupos humanos com o passar do tempo. Com o advento da modernidade e da urbanização, principalmente, as comunidades rurais passaram a desaparecer, cedendo espaço para as grandes cidades. Com isso, a ideia de “comunidade” como a sociologia clássica a concebia como um tipo rural, ligado por laços de parentesco em oposição à ideia de sociedade, parece desaparecer não da teoria, mas da prática.

Segundo Rheingold (1994), haveria três tipos importantes de lugar em nossa vida cotidiana: o lar, o trabalho e os “terceiros lugares”, referentes àqueles em que os laços sociais fomentadores das comunidades seriam formados, como a igreja, o bar, a praça. Esses lugares seriam mais propícios para a relação social necessária para o “sentimento de comunidade”, porque seriam aqueles em que existe o “lazer” e as pessoas encontram-se de modo desinteressado para se divertirem (lugares de vida pública “informal” nas palavras do autor).

Como esses lugares estariam desaparecendo da vida moderna, devido às atribulações do dia a dia, as pessoas estariam sentindo que o “sentimento de comunidade” estaria em falta.

O trabalho de Recuero (2007) revelou que, na maior parte das cidades da América e do Ocidente, realmente havia um declínio desses “terceiros lugares”. A autora acredita que esse desaparecimento ocorreria por diversas razões, entre elas, a construção padronizada, típica do modernismo, constituía subúrbios e hostilizava o espaço com suas estruturas. Aponta, ainda, para essa ausência do “sentimento de comunidade” como uma das causas do surgimento das comunidades virtuais.

As comunidades virtuais estabelecem relações num espaço virtual pelos meios de comunicação à distância. Caracterizam-se pela aglutinação de um grupo de indivíduos com interesses comuns que trocam experiências e informações no ambiente virtual. Um dos principais fatores que potencializa a criação de comunidades virtuais é a dispersão geográfica dos membros. O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs minimizam as dificuldades relacionadas a tempo e espaço, promovendo o compartilhamento de informações e a criação de conhecimento coletivo (WIKIPEDIA, 2008a).

1.5 IDENTIDADE

As identidades modernas estão sendo descentralizadas, isto é, deslocadas ou fragmentadas. O propósito é explorar essa afirmação e ver como ela implica qualificá-la e discutir quais podem ser suas prováveis consequências.

Hall (2003, p. 71) ressalta que as mudanças nas identidades pessoais (sujeitos) estão transformando as sociedades.

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes de deslocamento ou descentração do sujeito.

Portanto, as mudanças tomadas em conjunto apresentam um processo de transformação fundamental e abrangente que faz questionar essa transformação para a sociedade moderna.

Snard (1982) enfatiza que a identidade é uma construção territorial capaz de criar uma estrutura de fixação dos elementos comuns. O indivíduo cria estratégias e as aplica, bem como recebe os resultados dessas estratégias, numa relação de troca numa base territorial (LEME; TREVIZAN, 2006). A identidade possibilita o nível de abstração que passa pela razão e emoção no espaço.

Convém ressaltar as preocupações de Hall (2003), ao analisar a questão da identidade cultural na pós-modernidade. Ele acredita que no final do século XX é que se introduziu uma discussão sobre uma possível crise de identidade do sujeito em face de uma mudança estrutural que fragmenta e desloca as identidades culturais de classe, sexualidade, etnia e nacionalidade.

Ao abordar esse tema, Hall (2003, p. 7) acredita que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”, partindo do pressuposto de que as identidades estão sendo descentradas, deslocadas e fragmentadas, gerando identidades híbridas, impuras. O autor ressalta a dificuldade de conceituar identidade, uma vez que se trata de um termo “demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova” (HALL, 2003, p. 8).

Kopp (2001, p. 11) salienta que “[...] identidade é construída sobre imagem, sobre representações que desejamos glorificar ou encontrar”. A autora destaca ações de resgate que promovem uma identificação. Buscam-se, num passado glorioso ou em explicações da natureza, elementos que se ligam ao grupo social em questão. Esse fator pode se tornar um importante elemento de identificação e, com isso, despertar para o desenvolvimento cultural local. Haesbaert (1999, p. 180) detalha melhor essa ideia, comentando que “[...] a construção imaginária da identidade envolve, portanto uma escolha, entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade”.

No entendimento de Costa (2002, p. 27), a identidade de uma comunidade é fruto da convivência entre as pessoas dessa comunidade e da prática de seus costumes e crenças, observando que:

As identidades experimentadas, ou vividas, têm a ver com as representações cognitivas e os sentimentos de pertença, reportados a coletivos de qualquer espécie (categorias, institucionais, grupais, territoriais, ou outros), que um conjunto de pessoas partilha, emergentes da suas experiências de vida e situações de existência social [...] As ‘identidades culturais’ implicam um tipo específico de redobramento simbólico das ‘propriedades sociais’, requerem a seleção e evidenciação ativa de alguma ou algumas delas, simbólica e relationalmente realizada. Identidade cultural é sempre, nesse sentido, reflexividade e reconhecimento.

Partindo do pressuposto de que a tendência cultural global é homogênea, pode-se cair em contradição, pois a globalização tem ocasionado efeitos diferenciadores no interior das sociedades, já que o sistema de conformação das diferenças surge como uma tendência emergente no âmbito das políticas. Sendo assim, a globalização desenvolveu novos espaços para os atores políticos, que se articulam entre criatividade e negociação, possibilitando a conquista de um lugar na sociedade por meio de suas identidades.

No que diz respeito a atores sociais, Castells (1999a, p. 22) entende por identidade “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado”.

Assim, a diversidade cultural aparece no cenário mundial como um elemento merecedor de atenção e destaque, pois sendo um mecanismo de resgate dos indivíduos e de seus valores em direção as suas identidades locais, faz com que a cultura e a identidade se organizem de forma a estabelecer redes de coesão social como vias de políticas de desenvolvimento local.

Esse ‘localismo’ não é um mero resíduo do passado. É algo novo - a sombra que acompanha a globalização: o que é deixado de lado pelo fluxo panorâmico da globalização, mas retorna para perturbar e transtornar seus estabelecimentos culturais. É o exterior constitutivo da globalização (HALL, 2003, p. 61)

Do mesmo modo, a cultura é vista como uma ampla gama de práticas concretas e composta de indivíduos comprometidos com as práticas e valores tradicionais, que se inserem

nesse contexto, com a finalidade de dar aos homens sentido ao mundo, não necessário que estejam rigorosamente atados a ela em cada detalhe de sua existência.

Todos nós nos enunciamos a partir de ‘algum lugar’: somos localizados - e nesse sentido até os mais ‘modernos’ carregam traços de uma ‘etnia’ (HALL, 2003, p. 83).

A partir dos fundamentos das identidades como bases organizadoras de sentidos aos homens, Castells (1999b, p. 24) propõe três formas de origem e construção destas em seus mecanismos de organização e ação comunal:

1. Identidade Legitimadora: Introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais.
2. Identidade de resistência: Criada por atores que se encontram em posições, condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com bases em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade.
3. Identidade de projeto: Quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

É importante deixar claro que nenhuma identidade constitui, por si só, uma essência, mas gera elementos potencializadores aos indivíduos que a incorporam, quando ampliada em suas bases de resistências às identidades de projetos, que poderão transformar e desenvolver suas vidas. Essencialmente, os atores compõem no interior de seus espaços internos e externos, valores e traços de uma unidade, de vínculos de pertencimento. O pertencimento cultural é algo que, em sua própria especificidade, todos partilham. É uma particularidade universal ou uma universalidade concreta (HALL, 2003, p. 84).

São esses traços que levam a refletir acerca do papel dessas identidades nas relações de poder, ou seja, junto a essa tendência que desloca os indivíduos ao interior de suas localidades e ao reposicionamento de suas identidades locais, como forma de lidarem com suas forças e conflitos internos, estabelecendo projetos de superação dos efeitos das desigualdades econômicas e sociais. Sujeitos, se e quando construídos, não mais formados com base em sociedades civis que estão em processo de desintegração, mas sim como um prolongamento da resistência comunal (CASTELLS, 1999b, p. 28).

Esse processo está contribuindo, e muito, para a remodelagem de um novo tratamento político a partir do acesso às diferenças, fazendo com que novas possibilidades se

abram no cerne dos estudos culturais. As pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural comunal (CASTELLS, 1999b, p. 79).

Nesse sentido, a cultura precisa ser parte de um direito coletivo em que os indivíduos possam concorrer num mundo onde grupos locais lutam por maior autonomia. A cultura passa a ser um elemento móvel dentro da política econômica global, sendo o resgate das identidades e dos seus legados, mecanismos sedimentadores de coesão local, que poderão desenvolver formas específicas e diferenciadas para a sua sobrevivência.

A tendência à organização de redes comunitárias muitas vezes é estimulada pela história e por uma memória comum aos indivíduos, por meio do resgate da identidade, da invenção das tradições, como um meio de convivência sem que haja o fechamento desses grupos, das políticas e do mercado global. Assim, é importante ressignificar os termos que possuem conotação negativa, já que eles retêm em si mesmos os traços da luta pela mudança.

A tradição, que busca compor, a partir de sua estrutura narrativa, uma relação entre o passado, a comunidade e a identidade, passa a definir dentro de suas particularidades, um horizonte mais universal. Mudanças em uma problemática transformam significativamente a natureza das questões propostas, as formas como são propostas e a maneira como podem ser adequadamente respondidas (HALL, 2003, p. 130).

O tradicionalismo tem sido frequentemente mal interpretado como produto de um impulso meramente conservador, retrógrado e anacrônico, o que é justamente o contrário, quando se identifica o seu ponto de vista transformador. Quando o mundo se torna grande demais para ser controlado, os atores sociais passam a ter como objetivo fazê-lo retornar ao tamanho compatível com que o podem conceber. Quando as redes dissolvem o tempo e o espaço, as pessoas se agarram a espaços físicos, recorrendo à sua memória histórica (CASTELLS, 1999c, p. 85).

1.6 CULTURA

O patrimônio cultural de um povo lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores ligados à

pátria, à ética e à solidariedade e estimulando o exercício da cidadania, por meio de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica. Os sentimentos que o patrimônio evoca são transcedentes, ao mesmo tempo em que sua materialidade povoa o cotidiano e referencia fortemente a vida das pessoas. Patrimônio cultural é, portanto, a soma dos bens culturais de um povo.

Segundo as análises de Kashimoto, Marinho e Russef (2002, p. 35), cultura é:

O conjunto de soluções originais que um grupo de seres humanos inventa, a fim de se adaptar a seu meio ambiente natural e social. Nesse sentido, a cultura abrange diferentes aspectos da vida: *savoir-faire*, conhecimentos técnicos, costumes relativos a roupas, alimentos, religião, mentalidade, valores, língua, símbolos, comportamento sócio-político e econômico, formas autóctones de tomar decisões e de exercer o poder, atividades produtoras e relações econômicas, entre outros.

Compreende-se como bem cultural: os artefatos, construções, obras de arte, objetos produzidos artesanalmente ou industrialmente pela humanidade, expressando uma época ou até contribuindo para transformações em uma sociedade.

Somente, há acerca de 200 anos, a atividade de conservação do patrimônio cultural, durante guarda da memória das sociedades, testemunho para gerações futuras, passou a ter importância para a preservação do patrimônio cultural (CHOAY, 2001).

Já em meados do século XVIII, ocorreram as primeiras tentativas de se precisar o conceito de bem cultural, a partir de leis impostas pela Igreja e pelo Estado para se proteger das coisas de interesses artístico e histórico, patrimônio comum, em função das pilhagens que ocorreram após as primeiras descobertas arqueológicas e consequente revalorização das artes da Antiguidade (CASTRO, 1991).

De acordo com Kashimoto, Marinho e Russef (2002, p. 36):

Ao abranger o conjunto de crenças, valores, técnicas e comportamentos elaborados e apreendidos em comunidade e pelos indivíduos ao longo de suas existências, a cultura constitui-se, segundo Ullmann (1991), num orientador à ‘humanização’ do homem, impondo limites também ao comportamento agressivo que caracteriza a face instintiva da humanidade. [...] No dizer de Paulo Freire (2000), com essa ‘hominização da vida’, tornam-se mais vívidas e intensas as relações sociais, não sendo, portanto, ingênuas a pretensão de se construir uma sociedade verdadeiramente justa e democrática, com o concurso de interculturalidade; para tanto, cada povo deverá contribuir com a sua identidade para o cadinho da cultura universal,

frustrando as expectativas autoritárias, sempre redivivas, de inviabilizar as idiossincrasias nacionais.

A cultura popular refere-se a uma interação entre pessoas de uma mesma sociedade, que varia de acordo com as transformações ocorridas no meio social. Pode ter várias origens, já que uma comunidade pode ser composta por pessoas de vários territórios que compartilham a cultura de sua nação formando uma nova e abrange ainda todas as classes sociais.

A cultura popular, por ser oriunda das relações profundas entre a comunidade do lugar e o seu meio (natural e social), simboliza o homem e seu entorno, implicando um tipo de consciência e de materialidade social que evidencia o grau de afeição ou apego a um lugar; esse é um fator de extrema importância para o desenvolvimento local, posto que permita a configuração da identidade do lugar e de sua população (KASHIMOTO, MARINHO, RUSSEF, 2002, p. 36).

No aporte de Bakhtin (1976 apud BURKE, 2004), a memória coletiva tira sua força da duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles sejam indivíduos que lembram membros do grupo moradores de uma localidade. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam umas sobre as outras não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e esse ponto de vista muda conforme o lugar que o morador ocupa e, que esse lugar muda segundo as relações que se mantêm com outros meios. Não se deve admirar que do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Entretanto, quando se pode explicar essa diversidade, verifica-se a combinação de influências que são todas, de natureza social. Johnson (1997, p. 59) conceitua cultura como:

É o conjunto acumulado de símbolos, ideias e produtos materiais associados a um sistema social, seja ele uma sociedade inteira ou uma família. Juntamente com estrutura social, população e ecologia, constitui um dos principais elementos de todos os sistemas sociais e é conceito fundamental na definição da perspectiva sociológica.

Ávila (2006) analisa a cultura do ponto de vista sociológico, tomando como referência (JOHNSON, 1997, p. 59) que considera a cultura como um conjunto acumulado de símbolos, ideias e produtos associados a um sistema social, seja ele uma sociedade inteira ou uma família. Esse mesmo autor estabelece ainda que a cultura deve ser vista sob dois aspectos: o material, que inclui tudo o que é feito, modelado ou transformado como parte da vida social coletiva, e o não-material, em que são incluídos símbolos - de palavras à notação

musical-, bem como as ideias que modelam e informam a vida de seres humanos em relações recíprocas dos quais participam, as atitudes, crenças, valores e normas.

A ideia de cultura não pode ser separada da ideia de território, uma vez que por causa da existência de uma cultura é que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço. A partir daí, pode-se chamar de abordagem cultural ou análise geocultural tudo aquilo que consiste em fazer ressurgir as relações que existem em nível espacial entre a etnia e sua cultura (BONNEMAISON, 2002, p. 101-102).

A cultura se apresenta como um dos aspectos essenciais para o desenvolvimento local, relembrando as necessidades humanas fundamentais: a subsistência, a proteção, o afeto, o entendimento, a criação, a participação, o ósseo, a identidade e a liberdade. Ela é também um elemento que auxilia o indivíduo e o grupo ao qual esse pertence, ao satisfazer a carência de cada uma dessas necessidades e conforme salienta Kliksberg (2002), a relação entre cultura e desenvolvimento tem sido escassa, mas mesmo assim, ainda atuantes, tornando-se potencializadas quando se unem.

Claxton (1994) toma a cultura como fator elementar para o desenvolvimento e a considera como referência para medir os demais fatores. Para esse autor, o desenvolvimento satisfatório e sustentável é inexistente quando deixa de utilizar a força da cultura que se apresenta no estilo, no sistema de valores, nas crenças, nas tradições e nas aptidões da comunidade. Nessa perspectiva, esses elementos contribuem de forma significativa para a identidade das sociedades.

Carpio (2001, p. 63) menciona que a cultura popular local é um dos princípios básicos do novo desenvolvimento local.

La cultura popular local simboliza el hombre y su entorno, un tipo de consciencia y de materialidad social. Su valorización permite fortalecer la individualidad y la autoestima frente al mundo y da sentido a las comunidades humanas, en la búsqueda del desarrollo de la propia creatividad y conforme con sus valores. O sea, la mejor ayuda para la liberación de un pueblo ES aquella dirigida a la conservación y recuperación de su identidad y de su cultura porque las culturas autónomas tienen potencialidades capaces de revitalizar lás sociedades.

A pesquisa visa destacar também os aspectos culturais sempre no sentido de resgatar o tangível da população local, preservando esse patrimônio cultural próprio das comunidades locais, cuja harmonia e solidariedade pautam a convivência desse povo.

1.7 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os primeiros passos da investigação e reflexão sobre o conceito de desenvolvimento local resultaram em considerá-lo não como estratégia de geração de emprego e renda ou aproveitamento de vantagens diferenciais locacionais pela produção econômica, mas como nova filosofia e política de desenvolvimento sociocultural.

Vários e diversos elementos unem as especificidades locais como: a proximidade do território, os produtos ali produzidos, os recursos humanos e a tecnologia que possibilita um desempenho muito favorável dos agentes envolvidos da comunidade, colaborando para o processo de inserção e sobrevivência no mercado.

Carpio (2001, p. 62) aponta para a ideia de que desenvolvimento local é:

‘un proceso dinamizador de la sociedad local’ para mejorar la calidad de vida de La comunidad local, siendo el resultado de um compromiso por el que se entiende el espacio como lugar de solidaridad activa, lo que implica cambios de actitudes y comportamientos de instituciones, grupos e individuos. En los nuevos modelos, como antes se ha dicho, las metas del desarrollo están en El mismo proceso de desarrollo, sin excluir las metas tradicionales, cuando las personas son protagonistas y participes de su propio desarrollo.

O desenvolvimento local não é apenas reflexo do processo de desenvolvimento nacional, mas também protagonizado pelos atores locais que formulam estratégias, tomam decisões e programam o desenvolvimento local.

Para Ávila (2000, p. 69), o desenvolvimento local:

Surge a partir do rompimento das amarras que prendem as pessoas com interesses comuns em seu lugar de vida, e quando estas mesmas pessoas com a colaboração de agentes externos e internos vão conseguindo gradualmente incrementar a cultura da solidariedade, interiorizando e usando as suas capacidades, competências e habilidades para agenciar e gerenciar os recursos internos, que combinados aos externos, para sanar seus problemas conforme as suas necessidades e aspirações.

No entendimento de Albuquerque (1998, p. 15), o desenvolvimento local é um fato que coloca em evidência os atores sociais, as redes de cooperação e o sistema institucional que eles conseguem construir e também projetos coletivos. É, então,

um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais, associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma dinâmica socioeconômica de reconstrução do tecido social de geração de emprego e renda.

Os atores sociais do processo de desenvolvimento local são aqueles cujas qualificações e competências os predestinam a representar um papel particular na realização das políticas de desenvolvimento, tais como: diretores de serviços ou de agências de desenvolvimento; representantes institucionais; encarregados de funções; gerente de projetos; empresários; lideranças comunitárias; operadores (responsáveis por colocar em prática as políticas); e representantes eleitos quer sejam incentivadores ou não das políticas de desenvolvimento (TEISSERENC, 1994).

Segundo as análises de Ávila (2005) o desenvolvimento local não é desenvolvimento no local, pois desenvolvimento no local são empreendimentos desenvolvidos com o intuito de gerar empregos, tendo o local como sede física. A comunidade deve estar consciente de que o desenvolvimento situa-se no local enquanto gerar lucro, podendo se deslocar a qualquer momento, deixando benefícios e destroços tais como problemas ambientais.

Esse mesmo autor enfatiza que desenvolvimento local não é desenvolvimento para o local, além de o empreendimento localizar apenas no local como sede física, gera benefícios à comunidade, mas volta às instâncias promotoras em termos de consecução de suas próprias finalidades.

O local, como meio de pertença, permite que a população se reconheça por traços característicos e também por meio de laços de solidariedade, dos quais exercem certa influência sobre as mudanças socioeconômicas que favorecem formas de intervenção apresentadas pelas instituições governamentais e associativas (JOYAL, 1994).

O desenvolvimento local, na perspectiva da endogeneização comunitário-local de capacidade e competência devem começar a assumir seu próprio processo de desenvolvimento (ÁVILA, 2005). Para explorar essas potencialidades, o autor coloca o desenvolvimento local como um processo que deve ser dirigido para a endogeneização de

capacidades, competências e habilidades, no sentido de que cada comunidade-localidade se torne paulatinamente apta a se desenvolver de dentro para fora, conforme suas peculiaridades, bem como diagnosticando, explicitando e implementando suas potencialidades (ÁVILA, 2003).

Esse processo de endogeneização é um desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade visando à autogestão e aproveitamento das suas próprias potencialidades e à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Para que isso aconteça deve-se inserir no seu meio a cultura solidária.

Barquero (2002, p. 39) apresenta o desenvolvimento endógeno como algo que (se):

Propõe a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade.

Martins (2003) afirma que pensar e planejar o desenvolvimento é dotá-lo de um caráter mais humano, na situação de considerar o homem simultaneamente como sujeito e beneficiário. Trata-se, pois, de um pressuposto óbvio, isto é, que as pessoas devem participarativamente e não apenas ser beneficiárias do desenvolvimento.

Como propõe Carpio (1999, p. 172), o desenvolvimento local proporcional à escala humana deve ser entendido como satisfação das necessidades humanas fundamentais por meio do “protagonismo real e verdadeiro de cada pessoa”.

Carpio (2001, p. 63) sugere ainda que o dinamismo do desenvolvimento local depende de articulações e de uso de recursos naturais e sociais.

El dinamismo del desarrollo es dependiente también de la articulación y uso de los recursos naturales y sociales locales existentes. Y, a su vez, la decisión política sobre el modo y la capacidad de utilización económica de los recursos depende de la cultura local, de las relaciones internas y externas, entre lo local y lo global. De esta manera, la idea del desarrollo está ligada al ‘bien - estar’ de los pueblos.

Para Bourdieu (1990), existe capital social, quando um conjunto de recursos potenciais liga-se à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas,

para um conjunto de agentes dotados de interesses comuns e que lhes permite melhor aproveitar os recursos econômicos e habilidades existentes.

Ao se discutir o desenvolvimento local, deve-se inicialmente compreender os conceitos de desenvolvimento e local; pois se tratando do desenvolvimento de um território, torna-se necessária à contextualização do referido tema. Souza (1997, p. 84), afirma que: “território de identidade e de solidariedade, um cenário de reconhecimento cultural e de intersubjetividade é também um lugar de representações e práticas cotidianas [...]”.

1.8 PATRIMÔNIO CULTURAL

A etimologia da palavra patrimônio é originária do latim e significa *patrimonium*, relativo a patrimônio, bens de família, herança; posses, haveres; e completa com uma das acepções, que é a do bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país ou mesmo para a humanidade, que passa(m) por um processo de tombamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s)¹.

A palavra patrimônio recebe diversos sentidos ao longo da história, inicialmente relacionada à herança de bens materiais. Sendo assim, passou a constituir uma base cultural unificadora de extrema importância política e social. Dentro desse interesse, ampliou-se o alcance da palavra utilizando o novo termo patrimônio histórico-arquitetônico que, posteriormente, se torna patrimônio cultural que possibilitou atingir novas dimensões, como o meio ambiente.

Os valores e significados atribuídos ao patrimônio cultural remetem a questões históricas, sociais e políticas. A forma de integrá-lo como expressão do desenvolvimento social em seu papel na constituição da identidade coletiva influencia diretamente nas práticas ligadas a sua proteção. A memória preservada pelo tombamento de bens materiais e pelo registro de bens imateriais pode ganhar maior significado se inserida convenientemente à vida social e coletiva, por meio da divulgação pelas tecnologias digitais.

De acordo com o IPHAN (2007), o patrimônio cultural é subdividido em patrimônio material e imaterial. É considerado patrimônio material, o composto por um

¹ Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=patrimônio&stype=k&x=7&y=6>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2009.

conjunto de bens culturais registrados em seus quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

O Patrimônio Cultural Imaterial é definido pela UNESCO (2003, p. 4), como:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p. 4)

Pela industrialização, pelo crescimento das cidades, pela degradação do meio ambiente, pelas consequências do turismo de massa inconsequente, que não se percebe a importância da preservação da identidade, da criatividade dos povos e das riquezas culturais, que em nosso mundo o patrimônio está seriamente ameaçado.

O interesse comum da humanidade em torno da proteção de certos bens culturais não está ligado à ideia de sobrevivência. Daifuku (1986, p. 53 apud MARQUES; LEITE, 2007, p. 2) afirma que “o século XX é um período marcado por intensas mudanças em virtude do rápido progresso tecnológico”.

É preciso enfatizar todos os pontos adequados, os diferenciais do local que possam causar interesse nos visitantes, a fim de mostrar que é possível atender aos desejos e necessidades de todos, podendo então trabalhar na divulgação do turismo local por meio de portais virtuais, com destaque aos aspectos culturais que poderão causar interesse e muitas visitações.

Preservando o patrimônio cultural, está se conservando a memória do que fomos e do que somos, portanto, está se conservando a memória da nação em que vivemos. Assim,

patrimônio nada mais é do que a nossa “herança paterna” uma herança herdada como cidadãos, que será transmitida de geração a geração (CARSALADE, 2002).

A compreensão contemporânea do patrimônio deixou de se ater apenas às qualidades estéticas do bem em si, ampliando-se ao cotidiano da vida, no exercício da cultura e no desenvolvimento socioeconômico das comunidades, constituindo-se em um dos fatores responsáveis por sua identidade e qualidade de vida (CARSALADE, 2002).

Moletta (1998, p. 9-10) afirma que:

Turismo cultural é o acesso ao patrimônio cultural, ou seja, a história a cultura e o modo de viver de uma comunidade. Sendo assim, o turismo cultural não busca somente o lazer, repouso e boa vida. Caracteriza-se, também, pela motivação do turista em conhecer regiões onde seu alicerce está baseado na história de um determinado povo, nas suas tradições e nas suas manifestações culturais, históricas e religiosas.

De acordo com Murta (2002), a preservação dos atrativos históricos é de responsabilidade dos órgãos federais, estaduais ou municipais que devem buscar alternativas financeiras, objetivando a capacitação das pessoas envolvidas na recepção aos visitantes.

Há no Brasil a falta de uma visão sistêmica e de complementaridade na gestão cultural. Conforme afirma Durand (2001, p. 67) “[...] no Brasil, sequer se sabe quantas prefeituras possuem secretarias de cultura e, por conseguinte, em quantas os assuntos culturais são tratados pelas secretarias de educação, esportes e turismo, ou outra qualquer”.

De acordo com Rodrigues (2001, p. 16), no século XIX, houve um avanço na criação de patrimônios nacionais, servindo para “criar um referencial comum a quem habitava o mesmo território”. Sendo assim, passou a constituir uma base cultural unificadora de extrema importância política e social. Dentro desse prisma, ampliou-se o alcance da palavra, utilizando-se o novo termo patrimônio histórico-arquitetônico que, posteriormente, se torna patrimônio cultural, possibilitando atingir novas dimensões, como o meio ambiente (RODRIGUES, 2001).

O conceito de patrimônio cultural deve ser entendido de forma ampla, pois ele pertence a toda população que se interessa por esse conceito. Não se deve considerar apenas as manifestações das classes dominantes, mas as de todas as classes sociais, detentoras do maior testemunho histórico de uma civilização (PELLEGRINI FILHO, 1993).

Os museus, como portadores que são em potencial desses patrimônios, estariam bem abastecidos com novas políticas de inclusão da sociedade. Deveriam criar projetos destinados ao público infanto-juvenil com atividades educativas para a sociedade como cursos debates, preparação de professores entre outros. Os museus necessitam de grandes investimentos para se tornarem mais atraentes aos visitantes, possibilitando assim a inclusão de passeios, mesmo quando o foco do turismo for ambiental ou de outra modalidade.

1.8.1 Patrimônio cultural da humanidade

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) se propõe a promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, considerado especialmente valioso para a humanidade. Esse objetivo está incorporado em um tratado internacional denominado Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural, aprovada pela UNESCO em 1972².

Deve-se haver a preocupação em dar a devida importância para as culturas, principalmente das comunidades tradicionais brasileiras, para que as diversidades culturais sejam protegidas e, consequentemente, para que o patrimônio comum da humanidade seja preservado para a atual e para as futuras gerações.

De acordo com a UNESCO, o patrimônio cultural e natural são conjuntos que formam:

os grupos de construções isoladas ou reunidas que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência, os sítios que são as obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza assim como áreas, incluindo os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico; os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico.

Seria oportuno relembrar que a UNESCO classifica Patrimônio Mundial ou Patrimônio da Humanidade no Brasil como um local, como por exemplo: florestas, cordilheiras, lagos, desertos, edifícios, complexos ou cidades. Essa classificação objetiva catalogar e

² Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela Unesco em 17 de outubro de 2003.

preservar locais de excepcional importância cultural ou natural, como patrimônio comum da humanidade.

Vale ressaltar que em se tratando de proteção do Patrimônio Cultural e Natural UNESCO (1972):

O programa foi fundado pela Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, adotado pela Conferência Geral da UNESCO de 16 de Novembro de 1972. Em 2008, um total de 878 sítios estavam listados, sendo 679 culturais, 174 naturais e 25 mistos, em 145 países diferentes [inclusive o Brasil].

As classes de sítios naturais ou culturais que podem entrar na inscrição da lista do patrimônio mundial são definidas pela convenção, então, é importante frisar que quando um país assina essa convenção, ele está se comprometendo a conservar não somente os bens do patrimônio mundial, localizados em seu território, como também a proteger o próprio patrimônio nacional.

Nessa Convenção existe um fundo de assistência financeira internacional, dessa assistência cujas condições em que esse fundo pode ser usado para prover a administração aos países ligados a ela recebem suas orientações. A solicitação de inscrição de um sítio na lista do patrimônio mundial deve partir dos próprios estados signatários. A UNESCO não faz nenhuma recomendação para a inclusão na Lista. Essa solicitação deve incluir um plano que detalhe como se administra e se protege o sítio, devendo satisfazer alguns critérios de seleção³.

³ **Os bens culturais devem:** 1). representar uma obra-prima do gênio criativo humano; ou 2). ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo; ou 3) aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido; ou 4) ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade; ou 5) constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que se tenham tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou 6) estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional (O Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais) É igualmente importante o critério da autenticidade do sítio e a forma pela qual esteja protegido e administrado **Os bens naturais devem:** 1) ser exemplos excepcionais representativos dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos, ou 2) ser exemplos excepcionais que representem processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais, ou 3) conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de uma beleza natural e uma importância estética excepcionais, ou

Também no Brasil a proteção de bens culturais está a cargo da União, exceto os bens culturais imóveis, que a partir de 1934 houve uma significativa mudança.

As constituições brasileiras de 1824 e 1891 não trataram da proteção dos bens culturais imóveis. A primeira Constituição brasileira a fazer referência à proteção desses bens culturais foi a de 1934, ao dispor que ‘[...] compete concorrentemente à União e aos estados proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte⁴.

1.8.2 Patrimônio cultural brasileiro - o surgimento da memória nacional brasileira

O surgimento da memória nacional brasileira se deu com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808. A partir desse momento histórico, o Brasil passa a assumir papel importante na histórica, iniciando um processo social e cultural com a criação de lugares de memória como a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional, fato que vem compor a nacionalidade brasileira.

De acordo com Rodrigues (2001, p. 16) esses monumentos,

[...] acabariam reforçados como instrumentos da constituição da nacionalidade brasileira após a independência, quando, em 1838, foram instituídos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional, responsáveis, respectivamente, pela criação da História e manutenção da memória histórica nacional.

A arquitetura colonial mostra que em suas construções os portugueses recorreram à experiência indígena, enfatizando as condições climáticas e a grandeza do continente brasileiro. Segundo Lemos (1987), a arquitetura cultural brasileira é característica de uma formação cultural miscigenada presente pela influência indígena como a do negro. ‘Não só a casa propriamente dita como todo seu equipamento mostram também as consequências da aculturação havida sob o sol dos trópicos’ (LEMOS, 1987, p. 15-16).

As cidades coloniais brasileiras, em sua essência religiosa, foram testemunhas de uma época em que a riqueza brotava do chão e que a Coroa portuguesa controlava a retirada dessas riquezas (época da mineração). Segundo Albano (2002), em curto espaço de tempo,

4) conter os habitats naturais mais importantes e mais representativos para a conservação *in situ* da biodiversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação (Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, adotado pela Conferência Geral da UNESCO de 16 de Novembro de 1972).

⁴ Constituição de 1934, artigo 10º, III.

pequenos povoados, com casa e capelas cobertas de palha, deram lugar a núcleos urbanos dotados de sólidas edificações públicas e religiosas. Era por meio da suntuosidade da arquitetura imponente dos sobrados e das casas dos nobres que se expressava a condição socioeconômica de seus moradores.

No final do século XVIII, veio a decadência da atividade mineradora e as cidades coloniais passaram por um processo de estagnação. Entretanto, a necessidade de tornar mais visíveis as identidades culturais do país fez com que, segundo Albano (2002), as cidades mineiras, no ano de 1937, recebessem cuidados especiais para a preservação de seu patrimônio. Vale frisar que isso acontece com o surgimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, órgão destinado à conservação do patrimônio.

Para Castells (1999a), com as novas tecnologias da informação pode-se integrar ao sistema de redes globais, por meio de comunicações por computadores, comunidades virtuais, internet, entre outras, sem que se perca o significado ou a identidades dos aspectos culturais (materiais e imateriais), que compõem a sociedade da informação, que são eles: residentes, visitantes, gerências, investidores, empreendedores, investidores estrangeiros ou especialistas em lugares.

A memória preservada pelos tombamentos ou registros de bens pode ganhar maior significado se inserida convenientemente à vida social e coletiva. Sendo a memória um produto social, constitui-se de um conjunto de elementos necessários à formação, manutenção e modificação das identidades individual, coletiva e nacional e pode, por meio da utilização das novas tecnologias, possibilitar convivências culturais e novas interfaces.

1.8.3 Patrimônio cultural local

O patrimônio cultural de uma comunidade lhe confere identidade, preservação e orientação, pressupostos básicos fundamentais para que seja reconhecida como tal, inspirando em valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade por meio de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica. Patrimônio cultural é, portanto, a soma dos bens culturais de um povo.

De acordo com o IPHAN (2007), o patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se

estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis.

Por esse motivo é possível realizar uma das mais importantes distinções que se pode fazer com relação ao Patrimônio Cultural, pois sendo ele diferente das outras modalidades da cultura restritas apenas ao mercado cultural, apresenta interfaces significativas com outros importantes segmentos da economia como a construção civil e o turismo, ampliando exponencialmente o potencial de investimentos.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPO GRANDE

O município de Campo Grande conta com um patrimônio cultural, que faz da cidade um referencial constituído de uma cultura de grande importância na área histórica e social. O Decreto Municipal nº 4.934, de 20 de abril de 1983, enfatiza o Museu José Antônio Pereira um representante da memória histórica do município e da fundação de Campo Grande, ressaltando o seu fundador. Alguns patrimônios do município são voltados para a cultura religiosa, cultura indígena, cultura negra e cultura popular. Cada um desses patrimônios tem a sua história e a sua contribuição para o crescimento da cultura local.

Figura 1 - Morada dos Baís - Pensão Pimentel.



Foto: Disponível em: <www2.uol.com.br/campogrande/divirt/passeios/pass015.htm>. Acesso em 1 nov. 2008.

A Morada dos Baís é um importante patrimônio cultural da cidade. Com a morte de Bernardo Baís, em 1938, o prédio foi alugado para Normando Pimentel e transformado em Pensão Pimentel, uma das referências de hospedaria em Campo Grande, funcionando até 1979. A antiga Pensão Pimentel passou a chamar-se novamente de Morada dos Baís no ano de 1993, quando foi tombada oficialmente como Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Campo Grande.

O Projeto de restauração foi dos arquitetos Regina Maura Lopes Couto, Fernando Antônio Castilho e Mário Sérgio Sobral Costa. A recuperação dos painéis de Lídia Baís ficou sob a responsabilidade da artista Dulcimira Campesani, professora do Departamento de Artes

e Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Após a sua revitalização, o lugar se transformou em um ponto importante da cultura e da história de Mato Grosso do Sul. A morada dos Baís localiza-se na Avenida Noroeste, nº 5.140, aberto à visitação de terça-feira a sábado no horário das 8 horas às 19 horas e no domingo das 9 horas às 12 horas.

Figura 2 - Vista frontal da Feira Central.



Fonte: Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=458038&page=2>>. 2008.

A Feira Central de Campo Grande foi fundada em 04/05/1925, pelo decreto nº 17 pelo intendente Municipal, Arnaldo Estevão Figueiredo. Conhecida como feirona é coordenada pela comunidade okinawana, que a comunidade local já se adaptou a essa culinária. Oferece uma variedade de produtos hortifrutigranjeiros, artigos importados, doces, roupas, artesanatos, entre outros. Iguarias tradicionais (espertinho com mandioca, chipa, pamonha, dobradinha, pastéis) são comercializadas, e também pratos da culinária japonesa, o famoso sobá. É a feira mais tradicional de Campo Grande, sendo também ponto de encontro de famílias, turistas e dos boêmios que vão à busca de iguarias locais para saboreá-la. A feira funcionou inicialmente na Avenida Afonso Pena na área do atual mercado municipal, sendo transferida para a rua Pandiá Calógeras e mais tarde para a rua Antonio Maria Coelho. Em 1966, foi novamente transferida, sendo instalada na rua José Antonio e Abrão Julio Rahe. Depois de várias mudanças de local, em 16/12/2004 a feira foi transferida para a Esplanada da Ferrovia na rua 14 de Julho, e funciona nas quartas e sextas-feiras e no sábado a partir das 17 horas⁵.

⁵ Informações obtidas em: <<http://www.feiracentralcg.com.br/>>. Acesso em: 19 fev. 2009.

Figura 3 - Feira Indígena (2006).



Instalada na Praça Oshiro Takamari, a Feira Indígena é o espaço da resistência cultural e sobrevivência econômica de alguns índios Terena que vivem na região. Na feira são comercializados produtos silvestres como araticum, bocaiúva, mel, pequi, palmito amargo, palmito doce e produtos de roças indígenas como milho verde, feijão de corda, mandioca, abóbora, farinha de mandioca, rapadura de cana, mel de cana, além de ervas medicinais, e principalmente, o artesanato como: vasos de cerâmica feitos pelas mulheres Terena da Aldeia Cachoeirinha, assim como colares de sementes, cocares, flechas. Três quiosques foram projetados pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, espaço importante para o escoamento da produção das roças comunitárias das aldeias indígenas.

Figura 4 - Igreja São Benedito.



Foto: Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/_temp/sites/000/2/imagens/noticias/maio08/not090508-05.jpg>. Acesso em 1 nov. 2008.

Além da religiosidade, o local abriga os descendentes de sua fundadora - Tia Eva, lembrada em comunidades negras de todo o país. A comunidade foi fundada em 1905 por Eva Maria de Jesus (Tia Eva). A líder construiu a igreja em 1910 para pagar uma promessa feita a São Benedito. A Igreja foi decretada patrimônio cultural de Campo Grande em junho de 1998. A imagem de São Benedito esculpida em madeira e trazida de Goiás por tia Eva permanece no local. Tia Eva faleceu em 1926, mas antes pediu aos descendentes que mantivessem a tradição da novena e a festa em homenagem a São Benedito. Em torno dessa tradição cultural, é que se organizou a Comunidade de São Benedito. O corpo de Tia Eva está sepultado em frente à capela, onde se encontra esculpido seu busto, uma lembrança que não se apaga da memória de seus descendentes.

Figura 5 - Igreja Santo Antônio.



Foto: Castilho (2006).

A capela de Santo Antônio foi erguida em cumprimento de uma promessa feita por José Antônio Pereira, dizendo a seus companheiros que se chegasse bem e com saúde da longa viagem que fizeram de Minas Gerais a Campo Grande, ele ergueria a capela e assim o fez. A igreja de Santo Antônio foi criada em 4 de abril de 1912, por ato da autoridade diocesana, personificada no primeiro bispo de Corumbá, Dom Cirilo de Paula Freitas. Inicialmente, era uma capela de paredes de pau-a-pique e coberta de palha, onde foi levantada no ponto mais alto do povoado. Em 1922, no mesmo local foi erguida a igreja matriz que, posteriormente, em 1977, foi demolida novamente para a construção de um novo templo (CASTILHO, 2006). Nesse templo atual, o Papa João Paulo II celebrou uma missa em sua visita à Campo Grande, em 1991. A igreja recebeu o título de Catedral Metropolitana Nossa Senhora Abadia, após a bênção do Papa. A Igreja Santo Antônio localiza-se na rua 7 de

setembro, esquina com a Travessa Lídia Baís, bem no centro de Campo Grande, entre a avenida Calógeras e rua 14 de Julho.

Figura 6 - Vista parcial do Mercadão Municipal.



Foto: Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/7312352>>. Acesso em: 5 fev. 2008.

O Mercado Municipal Antonio Valente, mais conhecido como Mercadão, originou-se de uma feira livre. Foi construído em 1933 e inaugurado em 30 de agosto de 1958, sendo considerado símbolo histórico da capital. Nesse local, estão distribuídos 214 barracas e boxes com variedades de recursos hortifrutigranjeiros e peixes da região, onde a maioria dos comerciantes é descendente de japoneses. Encontra-se também uma variedade de ervas medicinais, assim como variedades de queijos e doces caseiros.

Figura 7 - Museu de Arte Contemporânea - Museu Marco.



Foto: Disponível em: <http://www.marcovirtual.com.br/01_visite/sobre.html>. Acesso em: 5 fev. 2008.

O Museu de Arte Contemporânea de Mato Grosso do Sul - MARCO, unidade da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, foi criado pelo Decreto nº 6266, em 17 de dezembro de 1991. Seu acervo tem origem na Pinacoteca Estadual, com os prêmios aquisitivos dos salões de arte realizados a partir de 1979 e, mais tarde, por meio de doações espontâneas de artistas, colecionadores e instituições culturais. Atualmente, compõe-se de aproximadamente 900 obras em diversas modalidades artísticas, incluindo um conjunto significativo de obras que registram o percurso das artes plásticas em Mato Grosso do Sul, do princípio aos dias atuais. O curador do local, o artista plástico Humberto Espíndola, promove exposições reunindo artistas regionais, nacionais e internacionais. Pode-se sempre visitar o museu, independentemente da programação, pois o espaço é uma boa opção cultural. Localiza-se na rua Antonio Maria Coelho nº 600, Parque das Nações Indígenas, com visitação de terça à sexta-feira, no horário das 12 horas às 18 horas; sábado, domingo e feriado das 14 horas às 18 horas⁶.

Figura 8 - Parte do acervo do Museu da Força Expedicionária Brasileira - FEB.



Foto: Vieira (2008).

O Museu da Força Expedicionária Brasileira - FEB funciona no prédio do Colégio Militar de Campo Grande, levando o visitante a uma viagem aos campos gelados da Itália, durante a Campanha da FEB na Segunda Guerra Mundial. O acervo é composto pelas

⁶ Informações obtidas em: <http://www.marcovirtual.com.br/01_visite/sobre.html>. Acesso em 1 nov., 2008

seguintes peças: fragmentos de armamentos, capacetes, pistolas alemães, fotografias, casacos, objetos de acampamento, entre outros.

Figura 9 - Réplica do antigo relógio da rua 14 de julho.



Foto: Disponível em: <<http://br.geocities.com/psbellbunny/cidademorenafotos.htm>>. Acesso em: 1 nov., 2008.



Foto: Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=590200&page=7>>. Acesso em: 25 mar. 2009.

A confluência da rua 14 de Julho com a avenida Afonso Pena, era ponto de referência da cidade, local de grandes reuniões e comícios políticos. Ali havia um monumento: um relógio com quatro faces, demolido posteriormente em nome do progresso. Uma réplica perfeita foi inaugurada em 2000, na esquina da avenida Afonso Pena com a rua Calógeras.

Figura 10 - Vista parcial da Universidade Católica Dom Bosco.



Foto: Disponível em: <http://www.noticias.ucdb.br/index.php?menu=noticia&cod_not=27542>. Acesso em: 1 nov. 2008.

A Universidade pertence à Comunidade Salesiana - uma das mais antigas instituições de ensino do Estado, com uma estrutura nova e moderna, oferecendo cursos em diversas áreas do conhecimento.

Procurando responder aos anseios de uma comunidade ávida pelo saber e pela cultura, a Missão Salesiana de Mato Grosso instituiu em Campo Grande, em 1961, o primeiro Centro de Educação Superior do Estado de Mato Grosso, a Faculdade “Dom Aquino de Filosofia Ciências e Letras”, com os cursos de Pedagogia e Letras, voltados para a formação de educadores, orientadores e agentes de transformação da sociedade mato-grossense.

Figura 11 - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS.



Foto: Disponível em: <http://brciberjornalismo.wordpress.com/2008/08/12/ufms-recebe-147-novas-vagas-para-concurso-de-professores/>. Acesso em: 1 nov. 2008.

A UFMS teve sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia, em Campo Grande, que foi o embrião do ensino público superior que, com a divisão do Estado foi concretizada a federalização da instituição que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Figura 12 - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP.



Foto: Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=458038&page=2>>. Acesso em 1 fev. 2009.

A história da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP teve início com a criação do Centro de Ensino Superior de Campo Grande - CESUP, em 1974, quando passou a oferecer cursos de graduação e pós-graduação, realizando pesquisas e executando projetos de extensão. A transformação em universidade se deu em 1996, por meio do Decreto Presidencial de 18/12/96.

Figura 13 - Horto Florestal (2006).



Em uma área verde de 4,5 hectares o Horto Florestal localiza-se na região central. Abriga espaço de lazer e várias espécies de árvores nativas, preservando suas características próprias, sendo considerado um atrativo natural. Em 1872, serviu de acampamento para a comitiva de José Antônio Pereira, fundador da cidade de Campo Grande, que denominou o local de Mato Cortado. Passou a ser Horto Florestal em 1956. O local dispõe de orquidário, espelho d'água com espaço para manifestações culturais, pista de *bicicross*, pista de *skate*, teatro de arena coberto para atividades múltiplas como: projeto de reflorestamento, paisagismo e biblioteca pública.

Figura 14 - Balé da Colônia Paraguaia de Campo Grande.



Foto: Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/_overblog/multiplas/1212604553_foto3.jpg>. Acesso em: 2 mar. 2009.

Devido à grande extensão fronteiriça de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, e a facilidade de comunicação em suas fronteiras, ajudou que muitos imigrassem e continuaram a imigrar para o Estado de Mato Grosso do Sul. Em Campo Grande, a maior colônia de imigrantes é a paraguaia, exercendo sua influência em todas as atividades econômicas, sociais, políticas e culturais.

Os paraguaios introduziram-se nas mais variadas atividades do comércio, colocando em prática seus conhecimentos adquiridos no seu país, uns trabalhando com o couro nas selarias e sapatarias; outros como barbeiros, donos de bares, de restaurantes e lanchonetes.

A influência cultural paraguaia tornou-se a mais marcante no cotidiano do campo-grandense, com as rodas de tereré (erva-mate com água fria), a polca paraguaia, a guarânia e o chamamé, a festa de Nossa Senhora de Caacupê com missas, terços, muita comida e danças. Na alimentação, a “chipa” e a “sopa paraguaia” fazem parte do cardápio campo-grandense⁷.

⁷ CAMPO GRANDE. **Imigrantes** - a imigração no mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://br.geocities.com/serraverde/campogrande/imigrantes.html>>. Acesso em: 1 fev. 2009.

Figura 15 - Danças tradicionais gaúcha.



Foto: Disponível em: <<http://wwwatribunane.ws.com.br/news.php?newsid=9573>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

Os eventos realizados pelos Centros de Tradições Gaúchas - CTGs têm como objetivo preservar e cultivar a tradição gaúcha por meio dos costumes tradicionalistas. Os hábitos e costumes do folclore gaúcho são cultivados pelos 18 Centros de Tradições Gaúchas (CTG's) existentes no Estado e filiados ao Movimento Tradicionalista Gaúcho de Mato Grosso do Sul (MTG-MS), entidade responsável em congregar os CTG's na preservação do patrimônio histórico, cultural e do folclore gaúcho. O movimento tradicionalista gaúcho coloca a importância de cultivar e difundir a história, a formação social, o folclore, enfim, a tradição, como substância principal da cultura gaúcha.

Figura 16 - Vista total Estádio Pedro Pedrossian (Morenão).



Foto: Disponível em: <<http://www.pmcg.ms.gov.br/index.php?s=45&location=2&idNot=11709>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

Figura 17 - Vista parcial interna do Estádio Pedro Pedrossian (Morenão).



Foto: Disponível em: <<http://www.eujafui.com.br/lugar-fotos.php?c=3467747>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

O estádio Pedro Pedrossian ou Morenão, como é chamado, é um estádio de futebol localizado na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. É considerado o maior estádio de futebol de Mato Grosso do Sul. Sua inauguração ocorreu em 7 de março de 1971, e recebeu esse nome em homenagem ao então governador de Mato Grosso Pedro Pedrossian e o nome morenão é em referência à cidade de Campo Grande, conhecida como Cidade Morena devido à cor avermelhada de seu solo. O estádio está situado na zona sul da cidade de Campo Grande, dentro do campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O primeiro jogo realizado no estádio foi entre Flamengo e Corinthians, cujo resultado - 3 a 1 - deu a vitória ao Flamengo. A maior lotação do estádio foi de 38.122 torcedores em 23 de fevereiro de 1978, quando o Operário, time local venceu o Palmeiras por 2-0⁸.

Figura 18 - Vista parcial do Estádio Belmar Fidalgo.



Foto: Disponível em: <<http://www.portalms.com.br/guia/Estadio-Belmar-Fidalgo/ponto-turistico/Entretenimento/Campo-Grande/3/707.html>>. Acesso em: 2 fev. 2008.

O antigo estádio de futebol - Belmar Fidalgo - foi doado à prefeitura municipal de Campo Grande com a condição de nunca perder sua função de espaço para a prática de esportes. O estádio está disponível para a população e conta com pista de *Cooper* de 400 m, infra-estrutura para ginástica, quadras poliesportivas, campo de futebol suíço, mesa para jogos de salão (xadrez, dama), *playground*, espaço para manifestações culturais e lanchonete. Localiza-se na área central da cidade entre as ruas Barão do Rio Branco, Dom Aquino e 13 de Junho e Escola Municipal Arlindo Lima.

⁸ Informações obtidas em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%A1dio_Universit%C3%A1rio_Pedro_Pedrossian>. Acesso em: 19 fev. 2009.

Figura 19 - Vista aérea da Praça do Rádio.

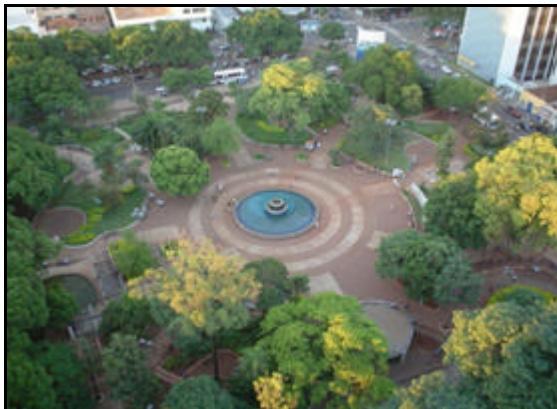


Figura 20 - Concha acústica da Praça do Rádio.



Foto: Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=590200&page=7>>. Acesso em: 25 mar. 2009.

A Praça da República, conhecida também como Praça do Rádio, inicialmente foi destinada à construção da igreja matriz da cidade, permanecendo como Praça da Diocese. Foi inaugurada em 26 de agosto de 1962, como Praça da República. Com a divisão do estado de Mato Grosso, em outubro de 1977, recebeu a denominação de Praça Presidente Ernesto Geisel, numa homenagem ao então Presidente da República. Em 15 de outubro de 1997, passa à denominação de Praça do Radio Clube, por ficar em frente à sede do Rádio Clube. Ao longo do tempo, foram implantados alguns monumentos, como: a estátua de Vespasiano Barbosa Martins; o Monumento da imigração Japonesa. Essa praça está situada na região central da cidade de Campo Grande, entre as ruas Padre João Crippa, Pedro Celestino, Barão do Rio Branco e Avenida Afonso Pena⁹.

Em 2008, a Praça do Rádio Clube recebeu obras de revitalização com a construção da concha acústica, com um palco de 104,48 m², idealizada para ser um espaço de manifestação cultural aberto ao público. Nesse local, é realizado o projeto Noite da Seresta Especial de Campo Grande, promovido pela Fundação Municipal de Cultura - FUNDAC, toda segunda sexta-feira do mês. O projeto Noite da Seresta Especial em Campo Grande, criado em 2000, oportuniza ao público campo-grandense uma viagem às suas lembranças que, certamente, são providas pelas melodias e mensagens entoadas.

A Concha Acústica Família Espíndola recebeu esse nome em homenagem ao trabalho da família Espíndola que, com sua arte musical, é considerada um patrimônio

⁹ Informações obtidas em: <<http://www.pmcg.ms.gov.br/?s=47&location=24&idCon=903&idPai=903>>. Acesso em: 19 out. 2008.

cultural. A homenagem é um gesto de gratidão pelo que representa a arte dos Espíndolas para os sul-mato-grossenses.

Figura 21 - Vista parcial do Camelódromo.



Foto: Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:PHTO0071.JPG>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

No camelódromo se concentram diversos vendedores ambulantes, em geral, importadores de mercadorias legais ou não, que atravessam as fronteiras do Paraguai e da Bolívia. Um dos motivos para a criação do camelódromo foi a retirada dos vendedores dos locais de grande movimentação de pedestres, como calçadas, praças e outros, em um projeto de reurbanização de Campo Grande. Possui 646 boxes, com comércio variado, prevalecendo os artigos importados, uma lanchonete e banheiros públicos. O prédio é adaptado para portadores de necessidades especiais.

Os vendedores oferecem uma série de produtos, de eletrônicos a vestuário, alimentícios e outros. Os camelódromos são adotados em algumas cidades para acomodar esses vendedores mais populares. O horário de atendimento é de segunda-feira a sábado das 7 horas às 18 horas.

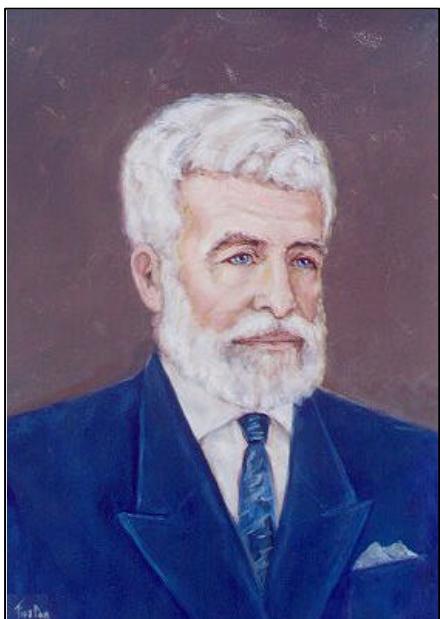
Sendo o patrimônio um bem que define a identidade cultural e, logo gera um sentimento de orgulho para a comunidade, é importante que a população se interesse e se preocupe com a conservação desse tipo de patrimônio. É necessário, portanto, ressaltar que tal conscientização é um exercício de interação entre a população e o patrimônio local.

3 MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA

O Museu José Antônio Pereira está localizado na cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul. Seu nome é uma homenagem ao fundador da cidade José Antônio Pereira. Evidencia-se, nas páginas a seguir a história de José Antônio Pereira, a restauração e o acervo do museu.

3.1 A HISTÓRIA DE JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA - FUNDADOR DA CIDADE DE CAMPO GRANDE

Figura 22 - José Antônio Pereira¹⁰.



Nascido na cidade de Barbacena (antigo Arraial de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo) em 19 de março de 1825, filho de Manoel Antônio Pereira e Francisca de Jesus Pereira, portugueses que se transferiram para o Brasil. Já moço, muda-se para São João Del-Rei (originado do Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar), e se casa com a jovem Maria Carolina de Oliveira (CAMPO GRANDE, 2007).

Desejando estabelecer-se definitivamente em lugar onde pudesse desenvolver suas atividades de pequeno agricultor e pecuarista com sua família nascente, transfere-se em meados do século XIX para o povoado de São Francisco das Chagas do Monte Alegre-MG, que se situa no caminho que ligava a

¹⁰Óleo sobre tela de Fausto Furlan. Disponível em: <http://www.campograndems.net/fazbal/O_Fundador_da_Cidade.htm>. Acesso em: 1 nov. 2008.

Capitania das Minas Gerais às terras goianas. Terminaram fixando, também, residência no local, naquela época, outros aventureiros que seguiram o mesmo itinerário; como as famílias de Gonçalves da Costa; Martins de Sá; Manoel Feliz e dos Cardoso (CAMPO GRANDE, 2007).

A família de José Antônio Pereira e de Maria Carolina de Oliveira, com o nascimento de seus filhos Antônio Luiz, Joaquim Antônio, Francisca, Maria Carolina, Perciliana, Ana Constança, Maria Nazareth e Rita, começou a crescer. Casaram-se Ana Constança com Manoel Gonçalves Martins e Maria Carolina com Antonio Gonçalves Martins. A impossibilidade de se expandir nas atividades rurais, com espaço para todos, fez com que procurassem outras alternativas, entre elas a ocupação de terras devolutas (CAMPO GRANDE, 2007).

Com o fim da Guerra do Paraguai, no retorno para o Brasil, os soldados que se retiraram da região da Laguna, cuja saga foi descrita magistralmente por Taunay, traz notícias sobre os campos da Vacaria levadas até Monte Alegre por esses ex-combatentes oriundos dessa cidade, um pequeno Arraial naquele tempo. A notícia da existência de extensas áreas de terras devolutas ao sul da Província de Mato Grosso atraiu o interesse principalmente de José Antônio Pereira que necessitava de um lugar suficientemente grande para acomodar sua enorme prole. Assim, em 4 de março de 1872, empreendeu sua primeira viagem rumo a encontrar essas tão faladas terras. Prudentemente, formou uma pequena comitiva, composta por seu filho Antônio Luiz, dos escravos João Ribeira e Manoel, guiados por Luiz Pinto Guimarães, sertanista uberabense que havia participado da referida guerra. Seguindo os caminhos percorridos pela expedição da Laguna, adentra Goiás, passando pelo porto de Santa Rita (hoje Itumbiara), cruzando posteriormente o rio dos Bois e dirigindo-se à Vila das Dores do Rio Verde (hoje, Rio Verde), até chegar à região de Baús, em Mato Grosso (atualmente Costa Rica), daí em direção a Coxim, contornando o extremo norte da Serra de Maracaju e rumando para o sul, até Camapuã (CAMPO GRANDE, 2007).

Figura 23 - Primeira viagem de José Antônio Pereira, em 1872.



Fonte: Disponível em: <<http://www.campograndems.net/>>. Acesso em: 10 jun. 2007.

Em sua longa viagem, procura atingir a região da Vacaria (atual município de Rio Brilhante). Porém, quase em meio caminho, já atravessando a extensa e erma região do Campo Grande, defronta-se com terras de ótima qualidade e campos propícios para a pecuária. Eram, enfim, as sonhadas terras devolutas que José Antônio Pereira estava procurando. Ao chegar, em 21 de junho de 1872, à confluência de dois córregos, denominados, mais tarde, “Prosa” e “Segredo”, resolve ali se estabelecer. Constroi um rancho, cobrindo-o com folhas de buriti. Providencia também a formação de pequena roça, trabalhando a terra pelo sistema da coivara (CAMPO GRANDE, 2007).

Os meses se passaram. Após a primeira colheita de uma plantação vicejante, naquele mesmo ano de 1872, José Antônio Pereira, decide voltar a Minas Gerais para buscar seus familiares (CAMPO GRANDE, 2007).

Figura 24 - Segunda viagem de José Antônio Pereira, em 1875.



Fonte: Disponível em: <<http://www.campograndems.net/>>. Acesso em: 10 jun. 2007.

Em Monte Alegre, reúne-se com a família e pessoas de sua relação, expõe as perspectivas da região com tamanho entusiasmo que sensibiliza e convence a todos para a grande aventura. (CAMPO GRANDE, 2007).

Começa então o planejamento e as providências para tal cometimento. Mais de dois anos se passaram para que tudo estivesse organizado. Provisões indispensáveis para a longa viagem, sementes e mudas de árvores frutíferas, um lote de gado de cria, animais de montaria e carros mineiros puxados por juntas de bois. Para casos de doença, até remédios foram providenciados pelo próprio José Antônio, que tinha conhecimentos de fitoterapia e terapêutica homeopática, exercendo naqueles sertões longínquos o papel de verdadeiro médico, na falta de um facultativo (CAMPO GRANDE, 2007).

À frente de uma numerosa comitiva, José Antônio Pereira escolhe dessa vez seguir um caminho mais curto para chegar ao seu destino. De Monte Alegre, dirige-se para o sul, passando pelo povoado de Prata, indo mais além ao encontro de um caminho paralelo à margem direita do rio Grande, divisa da Província de Minas com a de São Paulo, e que permitia chegar à de Mato Grosso, situada a oeste. Esse trajeto os leva até às margens do rio Paranaíba e ao patrimônio de *Sant'Anna de Paranahyba* (atual Paranaíba), no território mato-

grossense. Para atravessar aquele rio, já havia, então, uma balsa rudimentar, que possibilitava o transporte de carretas e animais (CAMPO GRANDE, 2007).

Permanece por vários meses naquela localidade, ajudando a debelar um surto de malária. Ali, seus préstimos, como prático da medicina, contribuíram para salvar muitas vidas. Nessa ocasião, fez a promessa de construir, quando chegasse ao seu destino, uma igreja em homenagem a Santo Antônio de Pádua, de sua devoção, caso nenhuma das suas perecesse. Recebe o convite para se estabelecer definitivamente no povoado, mas José Antônio, fiel ao compromisso assumido, e ao ideal que acalentava de chegar às terras do Campo Grande, retoma a marcha rumo a oeste. Atravessa o rio Sucuriú, o São Domingos, o Verde e a cabeceira do Pardo, passa outra vez por Camapuã, e depois, em direção ao sul, busca o pequeno sítio que formara havia quase três anos (CAMPO GRANDE, 2007).

Aos 14 de agosto de 1875, chega finalmente ao local de destino. José Antônio não encontra o zelador que ali deixara, mas a família de Manoel Vieira de Souza (Manoel Olivério), mineiro de Prata (antigo povoado de Nossa Senhora do Monte do Carmo, do Distrito da Farinha Podre) que igualmente fora atraído para estas plagas, pelas notícias da Vacaria, e que estava no local havia cerca de dois meses. É recebido cordialmente, com a intenção manifesta de Manoel Olivério de devolver-lhe a propriedade. José Antônio Pereira, idealista e cordato propõe-lhe parceria nas atividades a desenvolver. Logo se tornam amigos, e as famílias acabam se unindo três anos depois (quatro de março de 1878), com os casamentos de Manoel Olivério com Francisca de Jesus (filha de José Antônio), de Antônio Luiz com Anna Luiza e Joaquim Antônio com Maria Helena, filhos de José Antônio e filhas de Manoel Olivério, respectivamente. A pequena igreja, construída por José Antônio, em cumprimento a sua promessa, é inaugurada com o ato religioso desses enlaces, que é oficiado pelo Padre Julião Urchia, vindo de Nioac especialmente para esse fim (CAMPO GRANDE, 2007).

Ainda em 1878, José Antônio retorna a Monte Alegre, pela terceira e derradeira vez, e traz consigo seu genro, já viúvo, Antônio Gonçalves. O itinerário dessa viagem, em todos os seus aspectos, isto é, dos trajetos seguidos aos locais de parada para descanso e reabastecimento, semelhou-se ao da segunda viagem realizada em 1875 (CAMPO GRANDE, 2007).

Em sua volta, reassume o comando do povoado nascente, divide as terras para a propriedade de seus filhos, genros e também para si. Delimita a área reservada para a sede do

patrimônio, denominando-o Arraial de Santo Antônio do Campo Grande. Torna-se o primeiro Subdelegado de Polícia. Dá-se início à permanente transformação da paisagem que perdura até hoje (CAMPO GRANDE, 2007).

Em 28 de setembro de 1886, recebe e hospeda, em sua casa, o Bispo de Cuiabá, D. Carlos Luís d'Amour, que permaneceu no povoado por cinco dias (CAMPO GRANDE, 2007).

A dedicação de José Antônio aos que adoeciam no emergente Arraial de Santo Antônio do Campo Grande era reconhecida por todos. Não se limitava apenas à preparação e administração de ungüentos, pomadas, xaropes, tinturas, chás e garrafadas, mas também ao cuidado dos que se feriam em acidentes. Aos fraturados, encanava-lhes os membros; aos feridos, curava-lhes as chagas. Sua fama como parteiro era voz corrente, tendo assistido ao nascimento de seus filhos. Mais tarde, passou a contar com a ajuda de uma velha escrava, a quem houvera treinado. Posteriormente, ensinou os ofícios para a própria nora, Maria Helena, esposa de Joaquim Antônio. Secundado por esta, sempre quando chamado, corria a atender às parturientes da Vila. Esse mister deu-lhe também a primazia de seccionar o cordão umbilical de muitos de seus netos (CAMPO GRANDE, 2007).

A tradição oral que, por meio dos familiares, chega aos nossos dias, dá conta da existência das mezinhas de José Antônio, cujos recursos permitiam-lhe exercer sua medicina. A aquisição desse preparo técnico remonta aos tempos de sua vida em São João Del-Rey e Monte Alegre, nas Minas Gerais. Apoiado no seu Chernoviz praticava a medicina de “folk”, disseminada pelos sertões brasileiros; ou seja, a cultura popular do tratamento das doenças. Baseada, como até hoje, na utilização dos recursos químicos das plantas, pelas variegadas tisanas, tais como: soluções, macerações, infusões e decocções; e de procedimentos eminentemente físicos, como a manipulação do calor, nos escaldas-pés (pedilúvio), e do vácuo, por meio de ventosas. As aplicações de cataplasmas, emplastros, compressas, adjutórios, banhos-de-assento, colutórios, gargarejos e inalações, incluíam-se também nessa prática terapêutica (CAMPO GRANDE, 2007).

A abordagem dos doentes não era realizada com instrumentos da semiologia médica. Os meios diagnósticos eram apenas breve interrogatório e a ectoscopia, corroborados pelo experiente “olho clínico” do velho mineiro, como só acontece na prática dessa medicina sertaneja (CAMPO GRANDE, 2007).

Em 1889, a 23 de novembro, a Lei Estadual nº 792 cria o distrito de Paz de Campo Grande. Em 1889, a resolução nº 225, de 26 de agosto, eleva Campo Grande à categoria de vila, criando aqui o município de Campo Grande, desmembrado de Nioaque. A 16 de julho de 1918, Campo Grande é elevada à categoria de cidade, tornando-se anos mais tarde, a capital do Estado de Mato Grosso do Sul, a 11 de outubro de 1977 (Anexo B), por força da Lei Complementar nº 31, sancionada por Ernesto Geisel. A capital instala-se em 1º de janeiro de 1979 (CAMPO GRANDE, 2008).

Da figura do Fundador nos derradeiros anos de sua vida, com a longa barba branca e os cabelos encanecidos, emergia um ser que mesclava, simultaneamente, austeridade e docura. À semelhança daqueles que fazem da arte de curar verdadeiro sacerdócio, sua simples presença emanava um magnetismo contagiente. Apenas ao toque de suas mãos, os doentes já começavam a ter as sensações de melhora. Na verdade era também exímio benzedor. Não poucas vezes, as mães levavam seus bebês acometidos de “quebranto” para serem bentos pelo Velho (CAMPO GRANDE, 2007).

Todos esses fatos, que atestam sua impressionante versatilidade no manejo das coisas da terra e das gentes, acabaram por consagrar José Antônio Pereira, não só como Fundador e Líder, mas, sobretudo, como o primeiro cuidador da saúde do povoado nascente (CAMPO GRANDE, 2007).

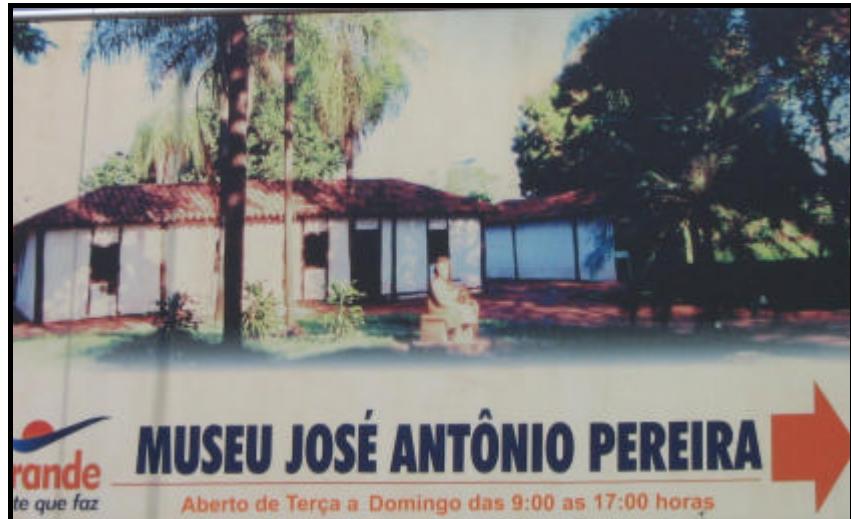
Em 11 de janeiro de 1900, morre José Antônio Pereira, sendo sepultado no cemitério que se localizava no bairro Amambaí, onde atualmente encontram-se construídos o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e a Casa da Indústria. Tempos depois seus ossos foram transferidos para o jazigo da família, no Cemitério Santo Antônio, onde se acham depositados, com os restos mortais de seus filhos e netos (CAMPO GRANDE, 2007).

3.2 A FAZENDA BÁLSAMO

A Fazenda Bálsmo, com seu monjolo e carro de boi foi doada, em 1966, à Prefeitura Municipal de Campo Grande, por Carlinda Pereira Contar, filha de Antônio Luis Pereira (CAMPO GRANDE, 2007). Localiza-se à Avenida Guaicurus, s/n, Bairro Jardim Monte Alegre, distante a 10 km do centro da cidade de Campo Grande, capital de Mato

Grosso do Sul. Ali, está instalado o Museu José Antônio Pereira, que funciona de terça a domingo, das 9h às 17h. Somente as escolas precisam agendar as visitas.

Figura 25 - Placa indicativa do Museu José Antônio Pereira localizada no início da Avenida Guaicurus (2006).



Ao adentrar na Avenida Guaicurus já se pode avistar a placa informativa da localização do museu José Antônio Pereira, oportunizando o visitante a chegar ao destino com facilidade.

Figura 26 - Vista parcial frontal do Museu (2006).



A figura 26 retrata a vista parcial da frente do museu, onde se percebe a presença de pessoas em visita. Ao chegar se depara com a escultura do filho de José Antônio Pereira, Antônio Luiz Pereira, sua esposa Anna Luiza e a filha Carlinda. O local é muito arborizado, com plantas e flores fazendo imaginar como era o dia-a-dia das pessoas que ali viviam muitos anos atrás, com a segurança e a tranquilidade que só um lugar assim pode oferecer.

A casa onde está instalado o museu José Antônio Pereira foi erguida em terreno plano, apresentando distribuição irregular de alguns cômodos que dão acesso uns aos outros, sem áreas de circulação. É típica de fazendas, construídas por mineiros, no século XIX e princípios do século XX.

Foram feitas várias modificações, no entanto, sem perder sua estrutura arquitetônica original, visando assegurar a história do local. A estrutura principal da casa é constituída de troncos róliços de aroeira compondo um sistema de baldrames, pilares e cintas. As paredes internas e externas foram erguidas originalmente de pau-a-pique. A influência da cultura negra aliada à experiência dos índios resultou num sistema de construção que, por sua leveza, pouca espessura, economia e rapidez de execução, foram amplamente utilizadas na fabricação da casa cabocla. Do índio, o pau-a-pique; do negro, o barro de sopapo.

3.2.1 Museu José Antônio Pereira - antes da reforma

A casa antiga da fazenda, pertencente a um dos herdeiros do fundador da cidade, foi transformada em museu, oferecendo uma ideia de como viviam as pessoas de antigamente nessa região.

O Museu José Antônio Pereira está instalado na antiga Fazenda Bálamo. A pequena casa de pau-a-pique, o monjolo, o silêncio só encontrado na periferia semi-rural da cidade e até mesmo o carro de boi, remetem ainda à saga construída pelos pioneiros desbravadores do sertão.

A visão inicial que se tem do Museu José Antônio Pereira reporta a uma lembrança das antigas propriedades rurais mineiras da época do Brasil Colônia.

Figura 27 - Vista parcial do Museu José Antônio Pereira antes da reforma.



Foto: Disponível em: <<http://www.campograndems.net>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

A casa de José Antônio Pereira, atual Museu é construída nos moldes antigos de taipa de pau-a-pique¹¹. Nessa técnica da taipa usa-se o barro, apertado e socado com as mãos, preenchendo os vazios da trama de varas amarradas com cipós ou outras fibras vegetais no pau-a-pique.

Composição da taipa de pau-a-pique:

a) Parede de Vedaçāo

1. Trama - pau-a-pique (madeira do cerrado, varas de guariroba).
2. Argamassa de barro - barro de olaria (barro forte), barro de várzea (barro fraco), areia e esterco.

b) Elementos de estrutura:

1. Baldrame - viga de aroeira
2. Esteio - poste de aroeira
3. Frechal - peça roliça em Baru (cumbari)

¹¹ **Pau-a-pique**, também conhecida como taipa de mão, taipa de sopapo ou taipa de sebe, é uma técnica construtiva antiga que consistia no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, com vigas horizontais, geralmente de bambu amarradas entre si por cipós, dando origem a um grande painel perfurado que, após ter os vãos preenchidos com barro, transformava-se em parede (WIKIPÉDIA, 2008).

Figura 28 - Modelo de uma parede de Taipa de pau-a-pique no quarto de nº 3 do Museu José Antônio Pereira.



A figura 28 dá uma ideia de como eram erguidas as paredes de pau-a-pique. A casa de José Antônio Pereira se tornou uma construção que venceu as intempéries do tempo até os dias atuais. Esse tipo de construção possivelmente foi baseada no modelo de construção mineira do período colonial, com algumas modificações, tais como: duas janelas frontais tendo no meio uma porta, o que demonstra o poder econômico do morador local.

Como apontam Freitas e Silva (s/d, s/p):

Em geral, as sedes dessas fazendas seguiam padrões arquitetônicos semelhantes, incluindo a casa de moradia, geralmente térrea, e anexos vários: paiol, casa de monjolo, puxado para carros de boi, engenho rudimentar, rego d'água e outras benfeitorias. [...] Os materiais empregados eram, via de regra, encontrados na própria fazenda ou em locais próximos, com largo emprego da pedra, do barro e da madeira, sob diversas formas. A mão-de-obra mostrava-se tosca, ainda que muitas vezes utilizando-se de materiais nobres como as madeiras de lei, e revelando-se dotada de natural engenhosidade. [...] os padrões arquitetônicos e a distribuição das diversas edificações, sempre de acordo com a procedência dos fundadores das fazendas (CASARÃO DA FAZENDA BÁLSAMO, 2006).

Além de carro de boi, engenhocas e outros utensílios tradicionais, o museu abriga uma escultura em tamanho natural do filho do patriarca Antonio Luiz Pereira com a esposa Anna Luiza e sua filha Carlinda, de sólida rocha e executada pelo artista plástico José Carlos da Silva (o Índio), um dos ícones da arte sul-mato-grossense, em homenagem ao fundador da capital.

3.2.2 Restauração do Museu José Antônio Pereira

Em 1999, o Museu foi restaurado, permitindo a visitação pública. Sua inauguração fez parte das comemorações do centenário da emancipação administrativa da cidade de Campo Grande. A municipalidade restaura completamente a sede da Fazenda Bálamo, com seu monjolo e carro de boi de imemorável data, conjunto tombado como patrimônio histórico e cultural da cidade, por meio do Decreto Municipal nº 4.934, de 20 de abril de 1983 (Anexo A).

O Museu preserva objetos e valores que ajudam na valorização do seu acervo, contribuindo para que a comunidade possa conhecer a história e as lembranças que remetem o visitante à época em que o pioneiro José Antônio aqui chegou.

Figura 29 - Placa de restauração do museu (2006).



Placa da restauração do museu José Antônio Pereira em 26 de agosto, inaugurada pelo então prefeito André Puccinelli, em comemoração ao centenário da Cidade de Campo Grande.

A placa de restauração do museu (Figura 29), feita por meio de recursos da prefeitura municipal de Campo Grande, em 1999, visa preservar a memória cultural dos campo-grandenses. É importante frisar que, no Brasil, somente a partir das últimas três décadas do século XX houve uma relativa atenção por parte dos órgãos públicos, no sentido de investimento, na preservação da memória cultural dos antepassados.

Com a restauração foram instaladas placas indicativas históricas da fazenda e sobre o acervo.

A administração do museu, bem como a manutenção dos objetos históricos é mantida pela Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS.

Figura 30 - Escultura de Antônio Luiz Pereira, com a esposa Anna Luiza e filha Carlinda (2006).



Figura 31 - Placa sobre a escultura (2006).



A figura 30 exibe a escultura de Antônio Luiz Pereira com a esposa e filha, que se encontra logo na entrada do museu. A escultura se tornou uma referência, como demonstra a placa ao lado da mesma (Figura 31), uma vez que o vestuário da época mostra a formação de uma família onde o pai é o chefe e detentor de todos os poderes dentro e fora do lar.

Figura 32 - Vista parcial externa do Museu.



Vista lateral da casa e também do galpão onde é guardado o carro de boi.

Figura 33 - Placa do histórico da Fazenda Bálamo e vista parcial do museu (2006).



Placa informativa sobre o histórico de José Antônio Pereira, localizada na entrada do Museu.

A área externa do museu José Antônio Pereira com as suas placas informativas e a escultura que identifica o museu traz ao visitante uma calorosa e importante reflexão sobre a história das pessoas que por ali viveram, aguçando cada vez mais aos visitantes um saber da história do seu fundador.

3.2.3 O acervo do museu José Antônio Pereira

No Museu encontram-se vários objetos expostos, alguns retratam o cotidiano da família pioneira de Campo Grande, entre eles destacam-se: fogão de lenha e mesa de refeições, camas, cômodas e outros móveis da época, carros de boi, lamparinas, baús, pilão, panelas entre outros. Vale ressaltar que nem todo o acervo é original da época, mas ilustram a vivência de uma família no século XIX. A explicação sobre cada objeto é importante para esclarecer aos visitantes a sua utilização em épocas passadas.

a) Sala principal

Figura 34 - Busto e máquina registradora.



Foto: Osvaldo dos Santos, 2006.

O busto de José Antônio Pereira representa a cabeça, pescoço e parte do peito do fundador de Campo Grande-MS, homenageado a desbravador da cidade morena. Ao seu lado, encontra-se uma máquina registradora de uso pessoal de José Antônio. Esse objeto foi muito utilizado na época (OLIVEIRA, 2006).

Figura 35 - Exposição do acervo.



Foto: Osvaldo dos Santos (2006).

Na figura 35 visualiza-se a primeira sala do museu. Ao se adentrar depara-se com várias peças do acervo, onde se vê objetos usados na época pela família de José Antônio Pereira.

Figura 36 - Carlinda Pereira Contar.



Figura 37 - José Antônio Pereira.



O quadro em que sua acepção original refere-se a um objeto quadrado, o qual pode ser tanto uma pintura, gravura ou desenho emoldurado. Tanto o quadro de Carlinda Pereira Contar (Figura 36) quanto o de José Antônio Pereira (Figura 37), respectivamente, são feitos de molduras, retratando o jeito simples, porém elegante do começo do século XXI. Eles se encontram na sala principal da casa, sede da fazenda dos pioneiros de Campo Grande, sendo muito apreciados pelos visitantes e pesquisadores (OLIVEIRA, 2006).

Figura 38 - Sinos.



Foto: Osvaldo dos Santos (2006).

Sinos - dispositivo de som produzido de forma simples, sendo um instrumento de percussão e um idiófone. Sua forma é geralmente de um cone oco ampliável que ressoa em cima ao ser golpeado. São feitos geralmente de bronze, mas os sinos pequenos podem também ser feitos de cerâmica ou de vidro e podem ser de todos os tamanhos: dos acessórios minúsculos do vestido aos sinos da igreja que

pesam algumas toneladas. O sino indicado na Figura 38 apresenta características rústicas, usado normalmente na época, no pescoço dos animais, para avisar da chegada da tropa ou da sua aproximação, assim como um sistema de alarme (OLIVEIRA, 2006).

Figura 39 - Ferro de passar roupas (brasa) A.



Figura 40 - Ferro de passar roupas (brasa) B.



Desde o século IV, já existiam diversas maneiras de alisar as roupas, como colocá-las uma em cima da outra e colocar objetos pesados em cima. Os chineses foram os pioneiros a colocar em uma panela de latão brasas e a manusear por um cabo comprido para obter o efeito desejado. No entanto, segundo a Black & Decker, o ferro de passar propriamente dito tem suas primeiras referências a partir do século XVII, com o ferro a brasa. Somente no século XIX surgiram outras modalidades como o ferro de lavadeira, a água quente, a gás e a álcool. No Brasil, os primeiros ferros de passar foram importados e somente na metade do século XX, é que o ferro foi nacionalizado, sendo muito utilizados no dia-a-dia (OLIVEIRA, 2006). Na casa de José Antônio Pereira, era operacionalizada com brasa, geralmente retirada do fogão a lenha e manejado pelo cabo da parte superior do objeto e ferro fundido e de vários modelos.

Figura 41 - Lamparinas.



A utilização das lamparinas era necessária, pois não havia outro tipo de iluminação. As casas eram iluminadas à vela ou com lamparinas confeccionadas em lata ou bambu. Determinava-se hora para acender e hora para apagá-la. Era um dos objetos que fornecia luz no interior das casas, podiam ser levadas de um cômodo a outro da casa. Eram abastecidas de querosene ou até mesmo de óleo.

Figura 42 - Lâmpião.



A iluminação a óleo ou a querosene utilizava lâmpadas de barro, bronze, chumbo e até de ouro, cujas chamas tremeluzentes permitiam uma luminosidade tênue nas casas.

Figura 43 - Estribo.

O estribo é um acessório usado por cavaleiros para apoiar os pés. Seu formato é de um aro de metal, que fica suspenso por uma correia de cada lado da sela. Era utilizado nas mais variadas tarefas, tais como: passeio a cavalo, na lida diária para manejar o rebanho e em outras atividades realizadas na fazenda.

Objeto de origem germânica foi muito utilizado nos últimos séculos nas diversas regiões do mundo (OLIVEIRA, 2006).



Foto: Osvaldo dos Santos (2006).

Figura 44 - Debulhadores de milho (2006)



Figura 45 - Máquina de moer (2006).



Na figura 44 destaca-se um debulhador de milho e na figura 45, um moedor de café. Utensílios obrigatórios em toda casa de fazenda, pois ajuda nas atividades caseiras.

b) A cozinha interna

A casa do tropeiro José Antônio Pereira possuía duas cozinhas: uma interna e outra externa. Na Europa dos séculos X e XII, era costume se ter dois cômodos: - um só para a preparação dos alimentos, por causa da fumaça do fogo de chão - chamada de *smoke ritchen*, ou cozinha de fumaça. O modo de vida desse mineiro - José Antônio Pereira - se mantém no museu, com todas as características pertinentes das moradias das Minas Gerais daquela época. Em tais casas, era comum ter um cômodo de estocagem pequeno separado na parte de trás da cozinha usado para armazenar comida e os utensílios (SANTANA, 2006).

Como nas casas mineiras, as cozinhas externas localizam-se na parte de trás da casa, não por serem menos importantes, mas a posição era estratégica para preservar a intimidade no lar, da horta, das árvores frutíferas, facilitava colher os ingredientes necessários para incrementar a refeição. A comida recebia os temperos verdes do quintal e as folhas milagrosas das plantas medicinais serviam para o preparo dos chás caseiros (SANTANA, 2006).

Figura 46 – Prateleira (2006).



O uso da madeira remete ao passado, em todos os cantos da casa. Como exemplo, a prateleira, onde se guardavam objetos de cozinha: pratos, canecas, bules, entre outros.

Figura 47 – Bules (2006).



Dos objetos da cozinha, ressaltam-se numa linda lembrança os bules decorados, onde se serviam cafés saborosos às ilustres visitas da fazenda.

Figura 48 - Bacias de cobre e gamelas de madeira (2006).



Na cozinha interna, observa-se a utilização de bacias de cobre, na forma de tachos, as prediletas das doceiras tradicionais, que, aliás, não abrem mão desse utensílio, principalmente, para derreter açúcar e para fazer caldas. Veem-se também grandes gamelas de madeira, onde se preparavam deliciosos pães, bolos e biscoitos.

c) A cozinha externa

Figura 49 - Fogão a lenha e panelas de ferro
(2006).



O fogão existente na casa de José Antônio Pereira era de barro, no qual se colocavam troncos de madeira para cozer os alimentos que eram cozidos e mantidos quentes nas grandes panelas de ferro. A panela de ferro fundido é recomendada para se fazer sopa de legumes, cozinhar arroz e feijão, evitando deficiência de ferro no organismo, pois o ferro passa da panela para os alimentos, prevenindo assim a anemia. Tal situação, que atinge mais de 20 milhões de brasileiros, pode ser facilmente evitada e corrigida¹².

Figura 50 - Suporte para o coador de café (2006).



O café, bebida apreciada pela sociedade brasileira em todas as épocas, era acondicionada em potes de madeira e coado com a ajuda de um suporte de madeira e um coador de pano que, para os antigos, colaborava na qualidade do sabor do café.

¹² Informações disponíveis em: <<http://www.paneladavovo.com.br/anemia.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

d) Os quartos

No primeiro quarto, nota-se a cômoda de madeira maciça utilizada a partir de 1750 e servia para guardar roupas, documentos e valores diversos. Algumas possuíam segredo para maior segurança. Apesar da exiguidade do mobiliário, é preciso atentar para a posição de um objeto constantemente arrolado entre os bens: objeto de culto ou de decoração, os santos de devoção que vigiavam de seus nichos as condutas dos devotos. As pessoas acendiam velas para eles, e sua presença abreviava as idas e vindas à igreja, permitindo a expressão da fé católica indispensável para se viver. Evidencia-se a presença da religiosidade do casal com a imagem de Santo Antônio (padroeiro da cidade), também conhecido como padroeiro dos pobres e santo casamenteiro.

Figura 51 - Cômoda com imagem do santo padroeiro da cidade - Santo Antônio (2006).



Nos primeiros tempos observam-se a rusticidade da madeira e a confecção das camas trabalhadas indistintamente em várias madeiras como jacarandá, cedro e aroeira. O trabalho em couro de boi deixava certo conforto no estrado, já que em cima, como colchão, usava-se a manta que, muitas vezes, era feita de palha de milho, algodão ou pelos de animais.

Figura 52 - Cama de casal (2006).



No segundo quarto, a cama de madeira rústica diferenciava-se pela utilização do couro de boi trançado como estrado. Esse tipo de cama e de estrado dava um conforto maior para quem a usava, pois ela se torna mais macia e, portanto, deixava seu usuário mais descansado.

Figura 53 - Cama de casal com couro trançado (2006).



Nota-se a presença de um penico ou urinol embaixo da cama, objeto de muita utilidade na época. Somente as casas de pessoas ricas tinham banheiro. Em casas comuns havia privada, que era um cômodo fora de casa, no quintal, e era usada somente durante o dia e a noite usava-se o penico ou urinol.

Figura 54 - Paletó na parede (2006).

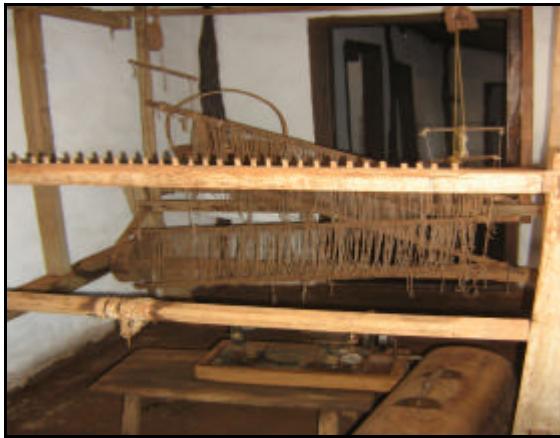


O paletó era um vestuário muito importante para a época (séculos XIX e XX), pois diferenciava o homem, sua importância e o *status* do seu dono. Nota-se também, nessa vestimenta, a influência paraguaia na faixa de cintura ao lado.

Figura 55 - Caixa de madeira (2006).



A arca de madeira era utilizada para guardar valores, porcelanas, louças, entre outros objetos. Servia como mala de viagem para carregar pertences mais pesados. Algumas eram forradas com tecidos e encampadas com couro. As donzelas utilizavam essas caixas para guardar seu enxoval.

Figura 56 - Tear (2006).**Figura 57** - Roca (2006).

Com o poder criativo do homem e da mulher e a sua necessidade de inovar, foi desenvolvido o tear, que contribuiu muito para a produção artesanal do tecido (Figura 56). Antigamente, essas práticas faziam parte da vida das pessoas. Existem vários modelos de teares, dos mais rústicos aos mais modernos. O tear artesanal pode produzir tecidos desde os mais grossos até os mais finos. O objeto colaborou muito no dia-a-dia da família Pereira, não deixando de dar a devida importância à Roca (Figura 57), que era utilizada para se obter um fio mais fino, já que ela desfiava os fios, formando enormes bolas, que depois iam para os teares para se transformarem em tecidos. Usava-se fios de algodão, de lã de carneiro, entre outros.

Figura 58 - Máquina de costura (2006).

Com a invenção da máquina de costura, as mulheres que, antes costuravam tudo a mão, começaram a ter um trabalho mais leve e o vestuário passou a ter uma melhor qualidade, sendo feito com maior agilidade. Esse tipo de

máquina passou a ser usada pela sociedade brasileira no final do século XIX.

Figura 59 - Moenda.



Foto: Osvaldo dos Santos (2006).

A moenda foi muito utilizada no Brasil Colônia, pois possibilitava a produção de açúcar e do melaço. Uma máquina rica em detalhes, confeccionada em madeira onde se espremia a cana-de-açúcar para a fabricação do melaço. Era movida por tração animal. O engenho transformava a cana em garapa e era movido pela força dos bois. Essa moenda foi construída pela família que habitava a Fazenda Bálamo, usando a aroeira e bálsamo, retirados da mata da fazenda para a confecção da mesma.

Figura 60 - Abrigo do carro de boi (carroça).



Foto: Osvaldo dos Santos (2006).

O abrigo era utilizado para guardar o carro de boi, protegendo-o das intempéries. Ficava ao lado da casa, para facilitar a vida dos trabalhadores da fazenda que a usavam constantemente, uma vez que era o principal meio de transporte da época.

Figura 61 - Carro de boi (2006).



Figura 62 - Roda do carro de boi (2006).



O carro de boi foi um dos principais meios utilizados para o transporte de cargas e de pessoas. Levava a produção das fazendas para as cidades e vice-versa. Foi utilizado nas viagens de José Antônio Pereira e sua família para o desbravamento do sertão. Esse tipo de transporte deriva dos primitivos, lentos e gemedores carros de boi ainda do período colonial, os quais, por sua vez, ainda hoje sobrevivem em muitas regiões mais remotas do país e em hotéis-fazendas, como atração turística (Figura 61). A roda dos carros de boi era de madeira inteira, menos os aros, a chaveta e o argolão que são de ferro que suportavam viagens de grandes distâncias nos caminhos mais difíceis de tráfego. Como diz o sertanejo, “todo carro de boi que se presa, canta para se ouvir de léguas” (Figura 62).

Figura 63 - Arreio/sela de animal (2006).



O arreio é uma peça importante tanto para o trabalho, quanto para o passeio, sendo utilizado no lombo do animal. É confeccionado em couro, com variações de tamanho, para cada cavaleiro.

O monjolo funcionava movido pela água dos córregos Bálsmo e Esquecido. Esse mecanismo era usado para descascar os grãos que serviam de alimento básico aos pioneiros (Figura 64). Movido pela água que caia em

abundância, fazendo com que os grãos, que ficaram no pilão na sua parte escavada, iam sendo socados e triturados até virar pó.

Figura 64 - Vista lateral do monjolo (2006).



Figura 65 - Pilão do monjolo (2006).



O pilão é escavado na madeira com fogo, depois é aparelhado com o formão. A madeira usada é a peroba, a canela preta ou o limoeiro. No pilão colocam-se o arroz, o milho, café ou o amendoim para socar (Figura 65).

Figura 66 - Cerca divisória da Fazenda Bálsmo (2006).



A cerca, feita de madeira retirada da própria fazenda, protegia a propriedade e não deixava que intrusos viessem violar a casa e não permitia a fuga dos animais domésticos.

3.2.4 Homenagens a José Antônio Pereira

Ao longo dos anos, principalmente a partir do final do século XX e início do XXI, os campo-grandenses vêm prestando significativas homenagens a José Antônio Pereira. A lembrança de sua figura e da sua história é divulgada em diversos pontos da capital.

Figura 67 - Busto de José Antônio Pereira.



Busto de granito construído em 1972, localizado no canteiro central da avenida Afonso Pena, cruzamento com a rua Calógeras. Homenagem da Colônia Libanesa.

Foto: Disponível em: <www.campograndems.net/monumentos.html>. Acesso em 1 nov. 2008.

Figura 68 - Obelisco e “medalhão” do obelisco.



Foto: Disponível em: <www.campograndems.net/monumentos.html>. Acesso em 1 nov. 2008..

O Obelisco é uma homenagem aos fundadores de Campo Grande, inaugurado em 26 de agosto de 1933 e projetado pelo Engenheiro Newton Cavalcanti. Situado no cruzamento da avenida Afonso Pena com a rua José Antônio Pereira. Há nesse monumento um medalhão com a figura de José Antônio Pereira.

Figura 69- Monumento em homenagem aos fundadores (2006).



O monumento está situado na confluência dos córregos Prosa e Segredo, próximo ao local onde José Antônio Pereira levantou o primeiro rancho, entre as avenidas Fernando Corrêa da Costa e Ernesto Geisel.

4 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

A presente pesquisa realizada teve como objeto a comunidade escolar e a comunidade do entorno do Museu José Antônio Pereira, com a finalidade de analisar a importância do museu, em relação à cultura local e ao desenvolvimento. Assim, avalia-se o que o museu traz de benefício cultural para a comunidade.

A ação da pesquisadora foi colocar para a comunidade a importância do Museu José Antônio Pereira, no âmbito histórico e cultural valorizando esse patrimônio histórico que para muitos não é reconhecido.

4.1 A COMUNIDADE ESCOLAR

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual Teotônio Vilela (ver figura 70), localizada na rua Souza Lima, s/ nº no Bairro Universitário II, com os alunos do 5º ano - turmas B e C, nas disciplinas de História e Geografia.

Figura 70 - Vista parcial da Escola Estadual Teotônio Vilela (2009).



Inicialmente, foi feito um trabalho de pesquisa com os alunos para saber quantos tinham conhecimento sobre a existência do Museu José Antônio Pereira e de seu acervo.

A pesquisadora realizou oficinas com alunos e professores, com o objetivo verificar a importância de um museu, destacando os símbolos, a simbologia, os arquivos, enfim, todo o material existente no museu estudado e em outros museus espalhados pelo mundo. Essa temática foi mostrada em *Power Point*, ocasião em que o público-alvo teve a oportunidade de conhecer vários tipos de museus, cuja apresentação encerrou-se com o Museu José Antônio Pereira.

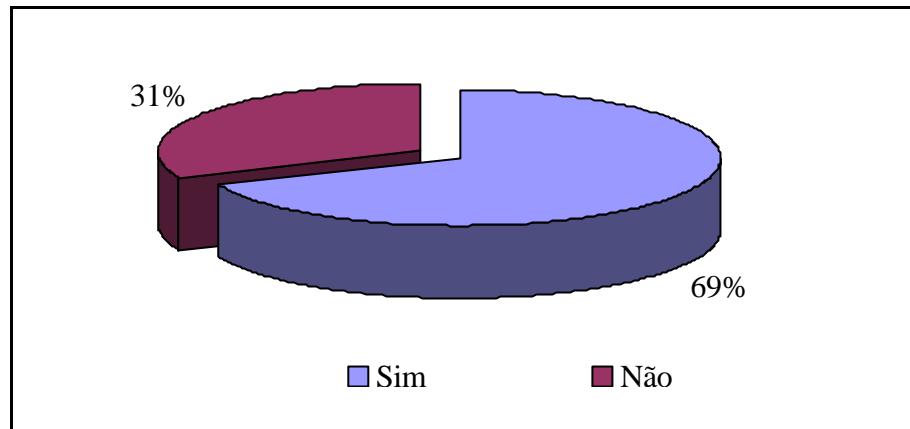
Ressalta-se que os debates foram calorosos e muitos alunos (6%) afirmaram não conhecer o Museu José Antônio Pereira, e ficaram surpresos com as explicações sobre a utilização de alguns objetos do acervo, tais como: o ferro a brasa, o tear manual, a moenda, o moinho de café e outros, bem como sua importância histórica e a utilização desses instrumentos pela família do fundador de Campo Grande.

Informou-se também que a educação em museus tem particularidades interessantes e elementos como espaço, tempo e objetos que são fatores que poderão constituir o diferencial para a participação da comunidade escolar nesses locais (CAZELLI et al. 1999).

As reflexões sobre a aprendizagem em museus, espaços não-formais de ensino, e sua relação com as escolas, foram pertinentes uma vez que esses locais permitem a assimilação de informações de maneira consistente e satisfatória. Pode-se evidenciar que os museus oferecem, ao mesmo tempo, entretenimento e educação (MARANDINO, 2002).

Após a realização das oficinas, aplicou-se um questionário (ver apêndice A) para verificar o conhecimento dos alunos sobre o Museu José Antônio Pereira cujas respostas encontram-se, a seguir, dimensionadas em gráficos seguidos de análises.

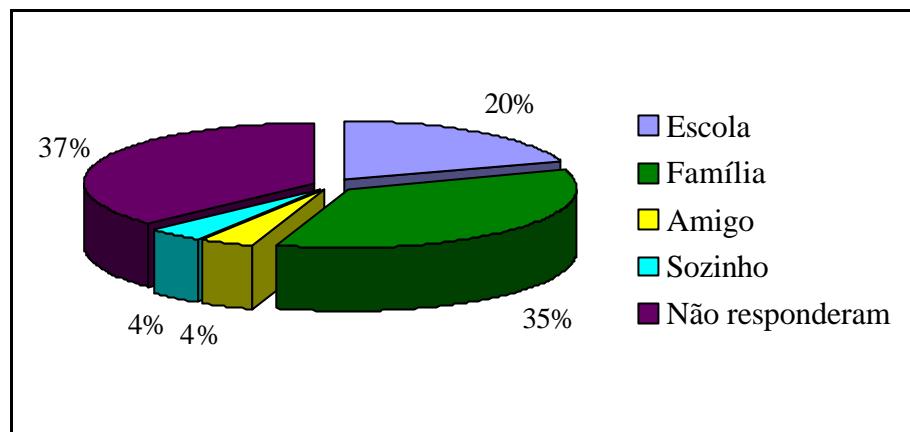
Gráfico 1 - Alunos que já visitaram o Museu José Antônio Pereira.



Constatou-se pelas respostas que mais da metade dos questionados já visitaram o museu, mas muitos ainda não o conhecem. Algumas observações foram registradas pelos alunos nas folhas dos questionários, em que se pode ler: “Eu fui retirar frutas que lá existem, ou brincar na grande extensão do pátio, mas nunca entrei para visitar e conhecer os materiais lá existentes”.

Nesse aporte, vale evidenciar que a não visitação de espaços museológicos, pode retirar do cidadão infinitas possibilidades para a construção de ideias sobre o apelo sensorial que estimula nossa capacidade de sentir, de se emocionar, sem reduzir o âmbito do controle dos sentidos, como têm feito determinadas práticas dos novos meios de comunicação. Esses recursos, hoje reconhecidamente necessários, como a internet, a televisão, em vez de desempenharem papéis coadjuvantes, têm roubado muitas vezes a cena da verdadeira estrela: o próprio bem patrimonial. São importantes vias de sinalização da existência do acervo e deveriam funcionar para despertar o desejo do encontro com o acervo no espaço físico. Nada substitui o contato com o material original, principalmente nos ambientes das casas-museus, plenos de energia e vibração. Promover o contato direto e criar meios da acessibilidade e relações entre os públicos distintos é um ato de sobrevivência para museus, principalmente para os museus inseridos em uma comunidade localizada nos arredores de grandes cidades (CARVALHO, 2008).

Gráfico 2 - Visitas ao museu por solicitação ou sozinho.



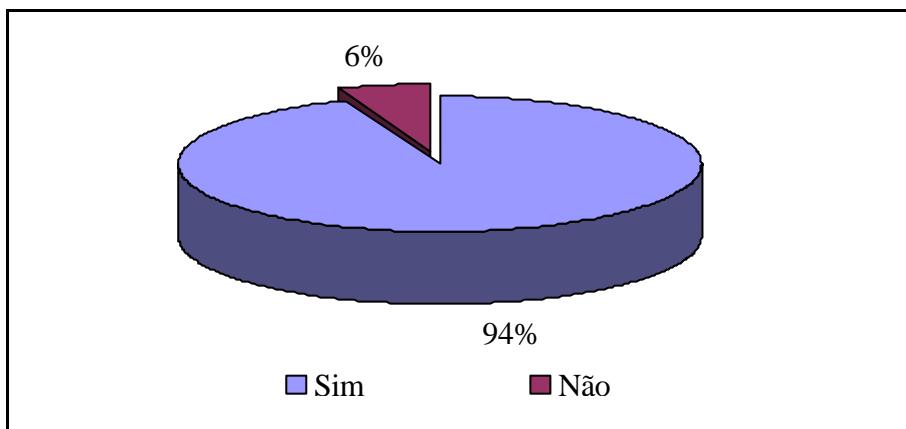
No quesito acima demonstrado no gráfico, identificou-se que mais da metade dos alunos deixaram a resposta em branco; enquanto que a visita com a família superou a iniciativa desenvolvida pela escola, em uma demonstração de que essa escola localizada no entorno do museu, não tem cumprido o seu papel de incentivar os alunos para o conhecimento do patrimônio histórico local, uma vez que ela deve dar a oportunidade para que seus alunos desenvolvam algo mais concreto, portanto, sendo direcionados por professores que podem ajudar seus alunos no conhecimento patrimonial, tão necessário à formação do conhecimento histórico (MUSEOLOGIA, 2009).

Todas essas atividades educacionais, tanto nesses como em outros museus, deveriam ser ainda mais incentivadas devido a sua grande participação na formação cultural do individuo e, em especial, das crianças, uma vez que todos necessitam desses incentivos para se desenvolverem ainda mais intelectualmente e, ao mesmo tempo, isso aproximaria os museus das pessoas, despertando o interesse inclusive da população carente (MUSEOLOGIA, 2009).

Considera-se, portanto, que os educadores de museus são portadores de um conhecimento empírico e teórico que é, em grande medida, o responsável pela normatização das atividades educacionais da instituição onde estão inseridos. Outros fatores, tais como: a história da instituição, sua estrutura administrativa e o contexto social do qual faz parte também são relevantes para o entendimento do campo analisado. São esses aspectos os que vão determinar qual é o discurso dos profissionais de educação responsáveis pela ação educativa de um museu, frente às práticas pedagógicas por eles estabelecidas, passo necessário para a compreensão do objeto de estudo (MARTINS, 2009).

Por outro lado, considera-se também que os professores das escolas são portadores de uma concepção própria a respeito do museu. Qual é essa concepção? Quais as expectativas desses profissionais que enfrentam inúmeras dificuldades para levarem seus alunos a uma instituição, cuja linguagem e conteúdo não lhes são familiares? Suas expectativas são cumpridas durante a visitação? As respostas a tais perguntas estão na formação do professor de história, geografia, letras e outras disciplinas, que deveriam ter interesse nesse tipo de atividade tão importante para a formação do aluno.

Gráfico 3 - Alunos que já ouviram falar do Museu José Antônio Pereira.

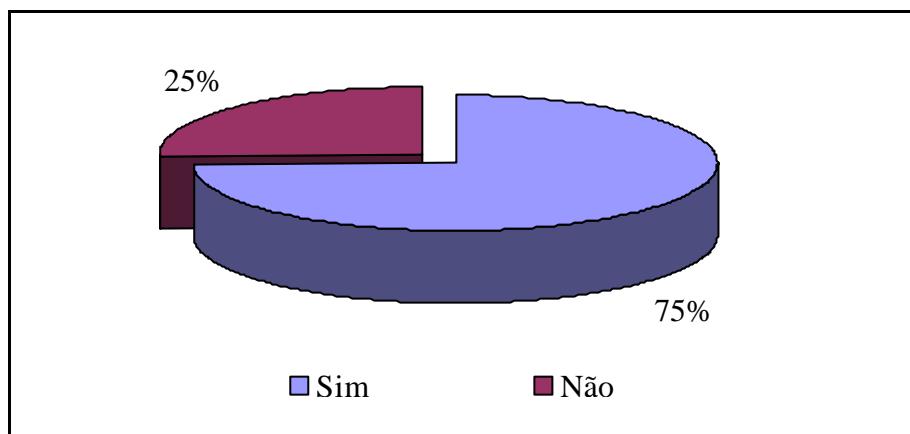


Apenas 6% dos alunos nunca ouviu falar do Museu José Antônio Pereira, o que sinaliza ainda que visitas a museus, para um conhecimento do patrimônio local, não são prioridade do ensino da escola pesquisada. Embora o percentual de 94% daqueles que já ouviram falar do referido museu não signifique que conheçam plenamente o acervo do museu.

Deve-se, em outro aporte, esclarecer que o patrimônio é um direito individual, coletivo e universal, conquista da humanidade face à consciência sobre si e sobre a cultura como obra humana em constante construção dinâmica. Já na perspectiva cidadã, direito e dever andam juntos, isso porque o direito de um indivíduo é dever do outro garantí-lo, e o dever cidadão individual está em garantir ao outro o seu direito ao patrimônio cultural. Há uma reciprocidade inerente ao patrimônio cultural entre direitos e deveres que não se pode ignorar. Há uma ética intersubjetiva (MARTINS, 2009).

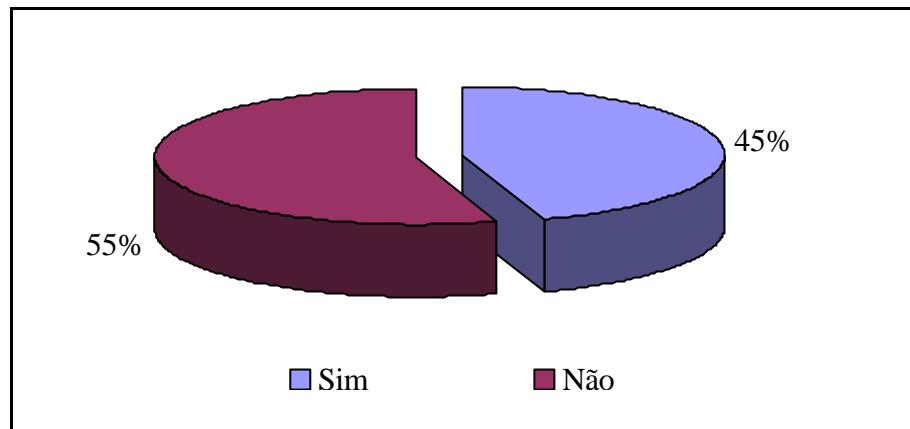
Cabe ao público interpretar o patrimônio cultural musealizado, o que implica ressignificá-lo, pois não há patrimônio sem significados atribuídos a ele, sendo interpretação e significados unidos. Interpretar e (re) significar são ações participativas e isso é um processo educativo (MARTINS, 2009).

Gráfico 4 - Alunos que não visitaram, mas que gostariam de visitar o museu.



Percebe-se ainda que muitos alunos não conhecem o museu e, que depois das oficinas ministradas, desejaram fazer uma visita para conhecer o acervo do museu local. Tal visita seria fundamental, uma vez que os museus representam as maneiras das sociedades humanas exporem o seu passado e o seu presente, as formas de dispor a sua cultura material, os processos de preservação e concepção do patrimônio público, e ainda representam escolhas e lacunas dentre infinitas possibilidades. Enfim, são espaços que se veem, por meio dos objetos, acervos diversos e coleções, as relações sociais que os homens estabelecem entre si e com a natureza, com diferentes culturas e ao longo do tempo (PROJETO & ESCOLA, 2000). Enfatiza-se, nesse contexto, ser um agente incentivador para que a comunidade local seja mobilizada em torno de um objetivo comum e valorizar as pessoas detentoras da memória da localidade.

Gráfico 5 - Alunos que conhecem a história de José Antônio Pereira.

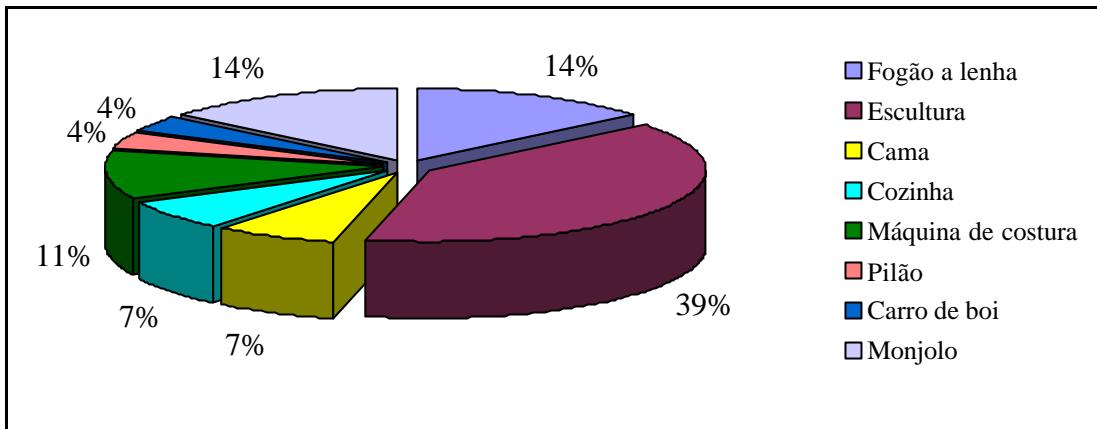


Ao se correlacionar as questões sobre aqueles que visitaram o museu, percebe-se que, embora tenham visitado o local do acervo, mais de 55% dos alunos questionados não conhecem a história do fundador da cidade de Campo Grande.

A história local deve ser ensinada não apenas quando se visita um patrimônio, mas deve-se correlacionar a discussão sobre identidades, que perpassam a perspectiva de pensar a história enquanto conhecimento construído e transmitido que interfere nos processos de invenção das tradições e, em sua constituição enquanto disciplina escolar, sob o estatuto de uma pedagogia do cidadão, por referir-se às memórias sociais, tradições (nacionais e locais), bem como das leituras e interpretações dos processos políticos e demais relações entre os sujeitos (CAVALCANTI, 2009).

Assim, o ensino de história local apresenta-se como um ponto de partida para a aprendizagem histórica, pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais que se estabelecem entre educador/educando/sociedade e o meio em que vivem e atuam. O local é o espaço primeiro de atuação do homem, por isso, o ensino da história local precisa configurar também essa proposição de oportunizar a reflexão permanente acerca das ações dos que ali vivem como sujeitos históricos e cidadãos. Esse espaço também pode ser um espaço de construção da reflexão crítica da realidade social, considerando-se que o local e o presente são referentes para o processo de construção de identidade (LIMA, 2000).

Gráfico 6 - Acervos que mais chamaram a atenção dos alunos na visita ao museu.



Dentre as peças do acervo, detectou-se, por parte dos alunos, algumas escolhas que mais lhe interessaram em ordem de prioridade, a saber: escultura, fogão a lenha, monjolo, máquina de costura, cama, cozinha, pilão e o carro de boi. Tal demonstração aponta uma variação de interesses, estabelecendo que cada aluno tem um gosto diferenciado.

Ao chegar a um museu, por exemplo, muitos visitantes se deparam com uma rica cultura material que conta a história de diferentes realidades, tais como: esculturas, quadros, armamentos, adereços e artefatos que compõem uma gama de riquezas que transmitem conhecimento aos visitantes. No entanto, poucos são aqueles que se questionam como tantas peças, provenientes dos mais diversos lugares, foram parar no acervo daquele determinado museu. De fato, as peças de museu possuem sua própria historicidade e podem nos revelar dados de interessantes acontecimentos (SOUZA, 2009).

O visitante (estudante) deve ser preparado para poder analisar o acervo, refletindo sobre o conhecimento que as peças lhe oferecem.

No contexto do trabalho, serão relatadas e analisadas as entrevistas com a diretora e a secretária da escola. A entrevista realizada com a Diretora da Escola Estadual Teotônio Vilela - Francis Palma Mazzoni Vieira, assinalou que ela já havia visitado o museu quando trabalhava na Escola Raul Sans de Matos (FUNLEC), acreditando que o museu “é de suma importância porque resgata todo o nosso passado e porque a gente não tem que ter só o presente e o futuro, mas passado também”. Estando apenas há sete meses trabalhando na escola, a referida diretora destacou que o Museu José Antônio Pereira trouxe uma

contribuição cultural muito grande para a localidade. Com relação à valorização do museu, Francis afirmou: “Eu acho que a visitação ao museu, seria o ponto alto para o conhecimento dos alunos, mas torna-se complicada tal visitação, principalmente, levando-se em conta a questão monetária e também por conta de outros problemas que a gente tem que enfrentar quando se trata de um projeto que tem que ser fora da escola. Tenho, em reuniões, discutido com os professores uma forma de sanar esse problema.

A outra entrevista - Arlete Silva, secretária administrativa da Escola Estadual Teotônio Vilela, enfatizou que, em sua primeira visita, foi sozinha, mas que gostou tanto que voltou várias vezes e que, nessas visitas, ninguém a acompanhou, dando informações sobre o acervo. Esclareceu que o museu, após ser restaurado, contribuiu para a melhoria do comércio na localidade, entretanto segundo Arlete, o que impulsionou a comunidade foi à urbanização juntamente com o asfalto. Como funcionária da escola, “percebo que não existe de forma concreta um trabalho para que os alunos, professores e funcionários conheçam e divulguem as atividades do museu e do entorno”.

4.2 A COMUNIDADE LOCAL

A presente pesquisa foi feita com a comunidade do entorno do Museu José Antônio Pereira, no bairro Universitário II. Foram entrevistados trabalhadores da Escola Estadual Teotônio Vilela, alunos, moradores do bairro e trabalhadores do próprio museu. A intenção maior neste momento do trabalho foi ser a interlocutora, para que a população passe a valorizar sua comunidade, buscando o entendimento do meio em que vive, conservando o patrimônio e evidenciando uma maior compreensão das questões relacionadas com a sua cultura. Nas questões elaboradas, a preocupação foi verificar as necessidades e aspirações da população para facilitar o envolvimento e a participação dessa população com a preservação patrimonial local.

A entrevistada Camila da Silva Cardoso - Estagiária do Museu José Antônio Pereira explicou a forma de visitação e deu várias informações sobre ele. Segundo Camila, a visitação pode ser individual ou em grupos e, nesse caso, deve-se entrar em contato com um funcionário do museu para agendamento. Destacou que a comunidade tem visitado o museu esporadicamente, mas que gosta quando o museu promove atividades culturais e de lazer.

Para essa estagiária “o museu é um patrimônio cultural e uma forma de mostrar a formação de Campo Grande; a cultura que talvez o pessoal daqui da região só encontra lá no centro da cidade; no museu, as pessoas têm uma aproximação mais fácil para conhecer a história, quem foram os pioneiros, o que eles produziram, o porquê da vinda deles para cá, o que eles construíram”. Ainda no dizer de Camila, “as pessoas mais idosas que visitam o museu o valorizam muito e até se emocionam, porque se eles não conhecem nenhum parente, eles já vieram na casa antigamente, dizem que aqui nesse quarto tinha isso, tinha aquilo. Aqui não era assim, o monjolo não era aqui, eles contam pra gente e até ajudam pois a gente não é dessa época . Tudo que tinha aqui na fazenda e hoje não tem mais, então eles ajudam de certa forma gente a contar isso quando chega um visitante”. Muitos visitantes do museu acreditam que existe um tesouro escondido no recinto, mas Camila descarta tal possibilidade. Em outro aporte, a estagiária assinala que a Prefeitura Municipal de Campo Grande, todo ano faz uma restauração, objetivando conservar o acervo tão significativo para a comunidade campo-grandense.

A entrevistada Mainara Gomes da Silva, da comunidade do entorno, assinalou que já conhecia o museu, pois já o havia visitado tanto com a família como com amigas, mas que a escola nunca promoveu visitas ao museu. Nessas ocasiões, ela nunca foi acompanhada por funcionários do museu, o que dificultava o conhecimento de algumas peças. Mainara esclareceu que gostou muito das camas, roupas e da escultura que se encontra na entrada do museu. Para ela, as pessoas da comunidade visitam o museu apenas em ocasiões festivas. Mainara afirmou: “a Prefeitura Municipal de Campo Grande tem feito melhorias na região, sempre vinculadas ao museu”. Ao ser indagada - o que é o museu para você, respondeu: “Pra mim aquilo ali não significa nada”. Entretanto, logo a seguir, a entrevistada afirmou: “Eu acho que no museu deveria ter um teatro, contando a história de José Antônio Pereira. O museu deveria ficar mais arrumadinho, porque você vai lá, têm umas coisas meio quebradas, as pessoas ficam com medo de quebrar e acabar estragando. Deveria ter mais divulgação do lugar”.

O entrevistado da comunidade do entorno - Joaquim de Souza Santos¹³ destacou que já havia visitado o museu, mas que não conversou com ninguém lá dentro. Ao entrar no pátio do museu, gostou muito da estátua que viu, mas que não sabia de quem era. Quanto aos objetos expostos, deixou evidente que conhecia alguns objetos e outros não. Joaquim afirmou

¹³ Joaquim de Souza Santos se declarou analfabeto.

“que tudo lá dentro estava limpo e organizado e que os objetos velhos estavam muito bem conservados”.

Pelas entrevistas apresentadas, percebe-se que grande parte da comunidade tem vontade de conhecer o Museu José Antônio Pereira, mas a dificuldade do dia-a-dia, muitas vezes, leva o cidadão comum a um desgaste muito grande em sua vida cotidiana. Dessa forma os eventos promovidos pela administração do museu, bem como a oportunidades de conhecer o patrimônio cultural local, faz com que os moradores do entorno não adquiram conhecimentos necessários ao pleno desenvolvimento da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa foi significativa a contextualização do espaço como um lugar que sempre toma novas formas na convivência social dos moradores da localidade. Esse território (museu) estudado, reordenado e habitado por grupos sociais se organizam e traçam relações evidenciando-se sempre o sentimento de pertença. Por outro lado, o patrimônio cultural tangível está sendo reconhecido pela comunidade do entorno, estimulando embora de forma gradativa, o exercício da cidadania por meio de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica.

O desenvolvimento local, na perspectiva da endogeneização comunitário-local necessita assumir seu próprio processo de desenvolvimento, uma vez que o capital social, pode formar uma rede durável de relações intitucionalizadas ou não, formando um conjunto de agentes dotados de interesses comuns e que lhes permite melhor aproveitar os recursos econômicos e habilidades existentes na localidade.

Parte da comunidade do entorno não conhecia o museu, mas após a interlocução da pesquisadora com a comunidade por meio de diálogos e entrevistas, a comunidade sentiu a necessidade de participar das atividades culturais promovidas pelo museu. Muitos moradores enfatizaram nas entrevistas o comprometimento em participar, visitar e divulgar o Museu José Antônio Pereira. Já os alunos da Escola Estadual Teotônio Vilela, após as oficinas (com material de apoio sobre o museu), passaram a visitar e a se interessar mais pelo Museu José Antônio Pereira.

Os professores também receberam material de apoio e treinamento para a divulgação do acervo do museu. Vale dimensionar que são importantes as vias de sinalização da existência do acervo e que deveriam funcionar para despertar o desejo do encontro com o acervo no espaço físico. Nada substitui o contato com o material original, principalmente nos ambientes das casas-museus, plenos de energia e vibrações. Portanto, promover o contato

direto e criar meios da acessibilidade e relações entre os públicos distintos é um ato de sobrevivência para museus, principalmente, para os museus inseridos em uma comunidade localizada nos arredores de grandes cidades - foi o que a pesquisa delineou e assinalou para a comunidade e para a escola pesquisada. Todas essas atividades educacionais, tanto nesses como em outros museus, deveriam ser ainda mais incentivadas pelos professores devido a sua grande participação na formação cultural do indivíduo e, em especial, das crianças, uma vez que todos necessitam desses incentivos para se desenvolverem ainda mais intelectualmente e, ao mesmo tempo, isso aproximaria os museus das pessoas, despertando o interesse inclusive da população local. Assim, o ensino de história local apresenta-se como um ponto de partida para a aprendizagem histórica, pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais que se estabelecem entre educador-educando-sociedade e o meio em que vivem e atuam.

O museu pode ser considerado como um espaço de reflexão crítica da realidade social, momento em que a comunidade deve ter interesse na preservação patrimonial, para depois usufruir tão importante conhecimento cultural. Pontuou-se na pesquisa que o visitante (estudante) deve ser preparado para poder identificar, analisar e interpretar o acervo do museu. Também foi trabalhado junto à comunidade o sentimento de pertença, portanto, não deixando o acervo de lado, pois a cultura local deve promover o desenvolvimento da comunidade.

Esta pesquisa gerou várias atividades de extensão relacionadas aos acadêmicos do curso de História e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, ocasião em que foram organizadas visitas técnicas, por meio de práticas integradoras, ao Museu José Antônio Pereira, para analisar o patrimônio, a memória, o território e a territorialidade no contexto do desenvolvimento local.

Quanto ao ensino, ofereceu ferramentas (material teórico e didático) aos professores para que possam, a partir do presente estudo, trabalhar com seus alunos em sala de aula o conhecimento sobre acervo museológico, tão importante para a formação da cidadania.

Para responder a questão norteadora do estudo, considera-se que a população alvo necessita visitar, preservar e divulgar mais o museu inserido na comunidade local.

Quanto à pesquisa, dimensiona-se que a própria dissertação constitui-se em uma produção científica que poderá abrir caminhos para outras pesquisas relacionadas ao acervo tangível e intangível local (lugares), especialmente em Campo Grande e região.

Espera-se que a comunidade conheça, divulgue e valorize o acervo histórico existente no museu e também participe das atividades culturais ali promovidas. Reforça-se que os professores do ensino fundamental devem assumir um compromisso de cidadania, desenvolvendo atividades voltadas para a preservação do patrimônio histórico local.

Recomenda-se que diversos setores da sociedade em geral assumam seu papel na preservação e conservação de museus.

REFERÊNCIAS

- ALBANO, Celina. O sentido da interpretação nas cidades do ouro: São João Del Rei e Tiradentes. In: MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina. (Org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar.** Belo Horizonte: UFMG; Território Brasilis, 2002, p. 273-282.
- ALBUQUERQUE, Francisco. **Desenvolvimento local e distribuição do progresso técnico, uma resposta às exigências do ajuste estrutural.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.
- ÁVILA, Vicente Fideles (Coord.). **Formação educacional em desenvolvimento local:** relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande: UCDB, 2000.
- ÁVILA, Vicente Fideles de. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local.** Sobral: edições Uva, 2006.
- ÁVILA, Vicente Fideles. **Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local.** Sobral: Edições UVA, 2005. 115 p.
- ÁVILA, Vicente Fideles. **Educação escolar e desenvolvimento local:** realidade e abstrações no currículo. Brasília: Plano Editora, 2003.
- BAQUERO, Antonio Vázquez. **Desarollo endogeno.** Universidad Autónoma de Madrid, Endogenous Development. Networking, innovation, institutions and cities. Routledge, Londres, 2002.
- BEAMISH, Anne. *Communities on-line: A Study of Community - Based Computer Networks.* Tese de Mestrado em Planejamento de Cidades. Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Estados Unidos, 1995.
- BONNEMAISSON, Joel. Viagem em torno do Território. In: ROSENDHAL, Zeny e CORRÊA Roberto Lobato (Orgs.) *Geografia cultural.* 3.ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 24 abr. 2009.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular.** Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004 (Série História).

CALLAI, Helena Copetti. O espaço e a pesquisa em educação. In: CALLAI, Helena Copetti.; ZARTH, Paulo Afonso (orgs.). **Os conceitos de espaço e tempo na pesquisa em educação.** Ijuí: UNIJUI, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

CARPIO, José Martín. *Desarrollo Local para un nuevo Desarrollo Rural. Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 2, n. 3, Set. 2001.

CARPIO, José Martín. Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de Souza. **Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo.** São Paulo: CEDESP, 1999. p. 169-177.

CARSALADE, Flávio de Lemos. Patrimônio histórico: sustentabilidade e sustentação. In: **Patrimônio histórico no contexto das políticas culturais.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

CARVALHO, Ana Cristina. **Uma nova visão de museu.** 2008. Disponível em: <http://www.acervo.sp.gov.br/artigos/arquivos/UMA_NOVA_VISAO_DE_MUSEU.pdf>. Acesso em: 6 abr., 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** A era da informação: economia, sociedade e cultura. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999c.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, vol. II, 1999a. (Coleção A era da informação: economia, sociedade e cultura).

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

CASTILHO, Maria Augusta de (Org.). **O sagrado e o místico da fé católica no contexto da territorialidade urbana em Campo Grande -MS.** Campo Grande: UCDB, 2006a.

CASTRO Sônia Rabello de. **O Estado na prevenção de bens culturais.** O tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CAVALCANTI, Luciana Araújo. **A história local no currículo da educação básica.** Disponível em: <http://www.bdtd.ufpe.br/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4237>. Acesso em: 6 abr., 2009.

CAZELLI, S. et al. Tendências Pedagógicas das Exposições de um Museu de Ciência. In: Atas do II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Valinhos, São Paulo, Setembro, 1999.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2001.

CLAXTON, Mervyn. **Decênrio mundial para el desarollo cultural 1988-1997:** cultura y desarollo. Paris: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/009000970/097070S.pdf>>. Acesso em: 24 ago, 2007, 19h26min.

COSTA, Reginaldo Brito. Sistema agrossilvipastoris como alternativa sustentável para a agricultura familiar. **Interações.** Campo Grande: UCDB, v. 3, n. 5, p. 25-32, set. 2002.

DURAND, José Carlos. **Cultura como objeto de política pública.** São Paulo Perspectiva. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 67.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** 10 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de; SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo. Antigas Fazendas do Planalto Central. In: **Ciências Humanas em Revista.** Revista do Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal de Goiás, s/d.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeni.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. et al. (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HALL, Stuart. **Da diáspora identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **Patrimônio cultural material e imaterial.** Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

JOHNSON, Allan. **Dicionário de sociologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

JOYAL, André. **Community Economic Development: the Montreal examples dans community economic development in Canada.** Montréal: Les Éditions Transcontinentales, 1994.

KASHIMOTO, Emilia Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan. *Cultura, identidade e desenvolvimento local:* Conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. **Interações - Revista Internacional do Desenvolvimento Local** - Campo Grande, v. 3. n. 4, p. 35-42, mar. 2002.

KLICKSBERG, Bernard's. **Capital social e cultura:** as chaves esquecidas do desenvolvimento. 2002. Disponível: <<http://www.cpdoc.fgv.br/projetos/arq/PrealDebEspecial.pdf>>. Acesso em: 28 out., 2007. 9h22min.

KOPP, Rudinei. *Genoma gaúcho. Revista Famecos:* mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, n. 14, abril, 2001.

LASTRES. Helena M.M.; CASSIOLATO José Eduardo. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais quinta revisão.** Junho, 2005. Disponível em: <<http://redesist.ie.ufrj.br/glossario1.php>>. Acesso em: 1 fev. 2009.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Territorialidades e dinâmicas sócio-ambientais, fevereiro de 2006. Notas de aula.

LEME, Fernanda Beraldo Maciel; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. O resgate da identidade cultural: meio para sustentabilidade local. **Interações.** Revista Internacional do Desenvolvimento Local. Campo Grande, v. 7, n. 12, março, 2006.

LEMOS Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico.** 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LIMA, Idelsuite de Sousa. **Ensino de história local e currículo:** ideias, dizeres e práticas no fazer educativo escolar. João Pessoa, 2000. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Paraíba.

MARANDINO, Martha. *A biologia nos museus de ciências: a questão dos textos em bioexposições.* **Ciência & Educação**, v. 8, n. 2, p. 187-202, 2002.

MARQUES, Jane Aparecida; LEITE, Edson. **Patrimônio histórico:** turismo cultural e a interface com a divulgação digital. Trabalho apresentado no NP Comunicação, Turismo e Hospitalidade do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, de 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Denis de (org.). **Por uma outra comunicação.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

MARTINS, Luciana Conrado. **A relação museu/escola:** teoria e prática educacionais nas visitas escolares ao Museu de Zoologia da USP. 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-19062007-152057>>. Acesso em: 6 abr., 2009.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. *Desenvolvimento local: questões e metodologias Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local.* Campo Grande, v. 3, n.5, p. 54-56, set., 2002.

MITIDIERO, Marilda et al. **O acervo do museu José Antônio Pereira.** Campo Grande: UCDB/FUNDAC, PMCG, 2007.

MITIDIERO, Marilda. **Os quartos.** In: MITIDIERO, Marilda et al. **O acervo do museu José Antônio Pereira.** Campo Grande: UCDB/FUNDAC, PMCG, 2007, p. 35-42.

MOLETTA, Vânia Florentino. **Turismo cultural.** Porto Alegre: SEBRAE-RS, 1998.

MURTA, Stela Maris. Turismo histórico-cultural: parques temáticos, roteiros e atrações âncora. In: MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina (Orgs.). **Interpretar o patrimônio:** um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

OLIVEIRA, Braz da Silva. A sala principal. MITIDIERO, M.B. et al. **O acervo do Museu José Antônio Pereira.** Campo Grande: UCDB, 2006, p. 23-24.

PELEGRIINI FILHO, Américo. **Ecologia cultura e turismo.** Campinas: Papirus, 1993.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RECUERO, Raquel da Cunha. **Comunidades virtuais** - uma abordagem teórica. Disponível em: <<http://pontomidia.com.br/raquel/teorica.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2007. Trabalho apresentado no V Seminário Internacional de Comunicação, no GT de Comunicação e Tecnologia das Mídias, promovido pela PUC/RS.

RHEINGOLD, Howard. **La comunidad virtual:** Una Sociedad sin Fronteras. Barcelona: Gedisa Editorial, 1994 (Colección Límites de La Ciencia. Barcelona).

RODRIGUES, Marly. **Preservar e consumir** - O patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, J. (Org.). Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2001, p. 15-24.

SANTANA, Iara Pereira da Silva. A cozinha. In: MITIDIERO, M.B. et al. **O acervo do Museu José Antônio Pereira**. Campo Grande: UCDB, 2006, p. 23-24.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: NOBEL, 1988.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SNARD, Hildebert. **O espaço geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982.

SOUZA, Rainer. **A origem das peças de museu**. Disponível em: <<http://www.alunosonline.com.br/historia/a-origem-das-pecas-de-museu>>. Acesso em: 6 abr. 2009.

SOUZA Maria Adélia Aparecida de. **O lugar de todo mundo** - a geografia da solidariedade. Conferência apresentada no 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Salvador, Bahia, realizado no período de 21 a 24 de outubro de 1997.

TEISSERENC, Pierre. *As políticas de desenvolvimento local, abordagem sociológica* Paris: Editora Econômica, Coleção Coletividades Territoriais, 1994.

TUAN, Yi-Fu. **Geografia Humanística**. ANAIS DA ASSOCIAÇÃO DE GEÓGRAFOS AMERICANOS, v. 66, n. 2, junho, 1976.

ULLMANN, Reinhold **Antropologia**: o homem e a cultura. Petrópolis: Vozes, 1991.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial** - assinada em 17 de outubro de 2003 - Paris. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília. Disponível: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2008.

VIEIRA, Vanderley Santos. Museu da FEB - Guardião da história - Campo Grande-MS. Disponível em: <http://www.anvfeb.com.br/museu_ms.htm>. Acesso em 1 nov., 2008.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

Sites consultados:

A LEGITIMA PANELA DE FERRO. Disponível em: <<http://www.paneladavovo.com.br/anemia.htm>>. Acesso em: 25 out., 2008.

AOS 89 ANOS - Festa da Tia Eva traz a história viva. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/_temp/sites/000/2/imagens/noticias/maio08/not090508-05.jpg>. Acesso em: 1 nov., 2008.

CAMPO GRANDE (Mato Grosso do Sul). Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_Grande_\(Mato_Grosso_do_Sul\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_Grande_(Mato_Grosso_do_Sul))>. Acesso em: 5 fev. 2009.

CAMPO GRANDE (município). **Museu José Antônio Pereira**. Disponível em: <<http://www.pmcg.ms.gov.br/?s>>. Acesso em: 10 out. 2008.

CAMPO GRANDE (município). **Museu José Antônio Pereira**. Disponível em: <<http://www.pmcg.ms.gov.br/?s=47&location=24&idCon=900&idPai=900>>. Acesso em: 10 out. 2008.

CAMPO GRANDE. Disponível em: <<http://www.eujafuli.com.br/lugar-fotos.php?c=3467747>>. Acesso em: 1 nov., 2008.

CAMPO GRANDE. **História da fundação de Campo Grande**. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/arte/campograndems>>. Acesso em: 10 jun., 2007.

CAMPO GRANDE. **Imigrantes** - a imigração no mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://br.geocities.com/serraverde/campogrande/imigrantes.html>>. Acesso em: 1 fev. 2009.

CASARÃO DA FAZENDA BÁLSAMO. Disponível em: <http://paginas.terra.com.br/arte/campograndems/vista_frontal.html>. Acesso em: jun., 2007.

CIDADE MORENA. Disponível em: <<http://br.geocities.com/psbellbunny/cidademorenafotos.htm>>. Acesso em: 1 nov., 2008.

FEIRA CENTRAL. Disponível em: <<http://www.feiracentralcg.com.br>>. Acesso em: 1 nov., 2008.

FEIRA INDÍGENA. Disponível em: <<http://img340.imageshack.us/img340/8918/indigena8cm.jpg>>. Acesso em: 1 nov., 2008.

JEFFERSON FRANÇA. Mercado Municipal - Campo Grande-MS. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/7312352>>. Acesso em: 1 nov., 2008.

MARCO. Museu de Arte Contemporânea de Mato Grosso do Sul. Disponível em. <http://www.marcovirtual.com.br/01_visite/sobre.html>. Acesso em 1 nov., 2008.

MONUMENTOS e homenagens a José Antônio Pereira. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/arte/campograndems/monumentos.html>>. Acesso em 25 out., 2008.

MONUMENTOS e homenagens a José Antônio Pereira. Disponível em: <<http://www.campogrande.ms.net/monumentos.html>>. Acesso em: 10 jun. 2007.

MUSEOLOGIA. **Relatório das visitas aos museus**. Disponível em: <http://museologia.incubadora.fapesp.br/portal/acervo/alunos_2004/ilmuniz/relatorio>. Acesso em: 5 abr. 2009.

PASSEIOS Campo Grande - MS. Morada dos Baís. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/campogrande/divirt/passeios/pass015.htm>>. Acesso em: 1 nov., 2008.

PROJETO & ESCOLA. Disponível em: <http://www.escola2000.org.br/pesquise/texto/textos_art.aspx?id=48>. Acesso em: 6. abr. 2009.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Projeto Museu & Escola**. Desenvolvido desde 2000. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/jovem/museueescola/>>. Acesso em: 6 abr., 2009.

UFMS. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **UFMS recebe 147 novas vagas para concurso de professores.** Disponível em: <<http://jornalismo.wordpress.com/2008/08/12/ufms-recebe-147-novas-vagas-para-concurso-de-professores>>. Acesso em: 1 nov., 2008.

WIKIPEDIA. Comunidade virtual. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidade_virtual>. Acesso em 13 out., 2008a.

WIKIPEDIA. Pau-a-pique. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pau-a-pique>>. Acesso em: 13 out., 2008.

APÊNDICE

Questionário aplicado à comunidade escolar – Escola Estadual do Ensino Fundamental Teotônio Vilela

Nome:

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade:

Escolaridade: _____ Ano

13) Você já ouviu falar do Museu José Antônio Pereira?

() Sim () Não

2) Você já visitou o Museu José Antônio Pereira?

() Sim () Não

3) Se já visitou, com quem foi? Alguém da família ou com a escola?

() Sim () Não

Com quem?_____

5) Se não visitou, tem vontade de visitar?

() Sim () Não

6) Conhece a história do José Antônio Pereira?

() Sim () Não

7) O que mais lhe chamou a atenção no museu?

ANEXOS

ANEXO A - DECRETO N.º 4.934, DE 20 DE ABRIL DE 1983.

Considera patrimônio histórico do município de Campo Grande, o “Museu José Antônio Pereira”.

A Prefeita Municipal de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que a lei lhe confere e,

Considerando que:

- A população de um município em sua realidade vivencial, através de ambientes e objetos, constrói sua história;
- O Museu José Antônio Pereira é parte da memória histórica deste município;
- O Museu José Antônio Pereira é o único imóvel representativo, existente, da época da fundação de Campo Grande;
- O Museu José Antônio Pereira é de grande importância à cidade, por proporcionar fontes de estudos, pesquisas e turismo, reunindo no local um ponto de lazer educativo-cultural;
- A Prefeitura Municipal de Campo Grande está preocupada em dar atenção especial para os planos que visam a preservação e valorização dos monumentos, paisagens e imóveis essenciais à constituição histórica, através do tombamento,

DECRETA:

Art. 1º. Fica sendo PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, o MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA, situado na Área A-14, resultante do desmembramento da área B, parte do imóvel denominado: Fazenda Bálamo e Lote Esquecido, neste município, com 10.097.9461 metros quadrados.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Grande, 20 de abril de 1983.

NELLY ELIAS BACHA

Prefeita Municipal

ANEXO B - LEI COMPLEMENTAR Nº 31, DE 11 DE OUTUBRO DE 1997¹⁴

Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1º - É criado o Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - A área desmembrada do Estado de Mato Grosso para constituir o território do Estado de Mato Grosso do Sul, situa-se ao sul da seguinte linha demarcatória: das nascentes mais altas do rio Araguaia, na divisa entre os Estados de Goiás e

Mato Grosso, segue, em linha reta, limitando os Municípios de Alto Araguaia, ao norte, e Coxim, ao sul, até às nascentes do córrego das Furnas; continua pelo córrego das Furnas abaixo, limitando, ainda, os Municípios de Alto Araguaia, ao norte, e Coxim, ao sul, até sua foz no rio Taquari; sobe o rio Taquari até a barra do rio do Peixe, seu afluente da margem esquerda, continuando por este até sua nascente mais alta, tendo os Municípios de Alto Araguaia, ao leste, e Pedro Gomes, ao oeste; segue daí, em linha reta, às nascentes do rio Correntes, coincidindo com a linha divisória dos Municípios de Alto Araguaia e Pedro Gomes; desce o rio Correntes até a sua confluência com o rio Piquiri, coincidindo com os limites dos Municípios de Itiquira, ao norte, e Pedro Gomes, ao sul, continua pelo rio Correntes, coincidindo com os limites dos Municípios de Itiquira, ao norte, e Corumbá, ao sul, até sua junção com o rio Itiquira; da junção do rio Correntes com o rio Itiquira, segue coincidente com a divisa dos Municípios de Barão de Melgaço, ao norte, e Corumbá, ao sul, até a foz do rio Itiquira no rio Cuiabá; da foz do rio Itiquira no rio Cuiabá segue por este até a sua foz no rio Paraguai, coincidindo com a divisa entre os Municípios de Poconé, ao norte, e Corumbá, ao sul; da confluência dos rios Cuiabá e Paraguai sobe pelo rio Paraguai até o sangradouro da Lagoa Uberaba, coincidindo com os limites dos Municípios de Poconé, ao leste, e Corumbá, ao oeste; da boca do sangradouro da lagoa Uberaba segue sangradouro acima até a lagoa Uberaba, continuando, por sua margem sul, até o marco Sul Uberaba, na divisa do Brasil com Bolívia, coincidindo com os limites dos Municípios de Cáceres, ao norte, e Corumbá, ao sul.

Art. 3º - A Cidade de Campo Grande é a Capital do Estado.

CAPÍTULO II Dos Poderes Públicos

SEÇÃO I Da Assembléia Constituinte e do Poder Legislativo

Art. 4º - A Assembléia Constituinte do Estado de Mato Grosso do Sul será eleita no dia 15 de novembro de 1978 e instalar-se-á no dia 1º de janeiro de 1979, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso.

¹⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp31.htm>. Acesso em: 10 jun. 2008

Parágrafo único - O número de Deputados à Assembléia Constituinte será fixado de acordo com as normas constitucionais que disciplinam a composição das Assembléias Legislativas dos Estados.

Art. 5º - A Assembléia Constituinte, após a promulgação da Constituição, passará a exercer o Poder Legislativo, como Assembléia Legislativa do Estado; de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único - O mandato dos Deputados à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul extinguir-se-á concomitantemente com o dos Deputados às Assembléias Legislativas dos demais Estados.

SEÇÃO II Do Poder Executivo

Art. 6º - Para o período que se encerrará com o do mandato dos Governadores dos Estados eleitos a 1º de setembro de 1978, o Presidente da República nomeará o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974.

Parágrafo único - O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul será nomeado até 31 de março de 1978 e tomará posse no dia 1º de janeiro de 1979, perante o Ministro de Estado da Justiça.

Art. 7º - A partir da posse e até a promulgação da Constituição, o Governador poderá expedir decretos-leis sobre todas as matérias de competência legislativa estadual.

SEÇÃO III Do Poder Judiciário

Art. 8º - A administração da Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul competirá aos órgãos do seu Poder Judiciário, com a colaboração de órgãos auxiliares instituídos em lei.

Art. 9º - O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul compor-se-á, inicialmente, de 7 (sete) Desembargadores, nomeados pelo Governador.

Art. 10 - O Tribunal de Justiça instalar-se-á até o 10º (décimo) dia útil seguinte ao da posse dos seus 4 (quatro) primeiros membros.

Art. 11 - Incumbe ao Desembargador mais idoso, dentre os 4 (quatro) primeiros nomeados pelo Governador, adotar as providências para a execução do disposto no artigo anterior, assim como presidir o Tribunal de Justiça até a eleição e posse do Presidente e Vice-Presidente.

Parágrafo único - A eleição e a posse, previstas neste artigo, realizar-se-ão no 5º (quinto) dia útil seguinte àquele em que se completar a composição do Tribunal, exigida a presença mínima da maioria dos Desembargadores.

Art. 12 - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça processar-se-á por escrutínio secreto, considerando-se eleitos os que alcançarem a maioria dos votos presentes.

§ 1º - No caso de empate, considerar-se-á eleito o mais antigo na magistratura e, se igual a antigüidade, o mais idoso.

§ 2º - Os mandatos do Presidente e do Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo, expirarão a 1º de janeiro de 1981.

Art. 13 - A fim de possibilitar o quorum mínimo de 4 (quatro) Desembargadores, necessário para a instalação e funcionamento do Tribunal de Justiça, poderá o Governador, no primeiro provimento, nomear Desembargadores pertencentes à Justiça de Estado de Mato Grosso, dentre os que, até 31 de outubro de 1978, lhe manifestem, por escrito, aceitar a nomeação.

§ 1º - É facultado ao Governador, se inferior a 4 (quatro) o número dos nomeados na forma do caput deste artigo, completá-lo:

I - por nomeação de advogado ou membro do Ministério Público, de notório merecimento e idoneidade moral, com 10 (dez) anos, pelo menos, de prática forense;

II - por promoção de Juízes de Direito que integrem a Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, tantos cargos quantos bastem para atingir o quorum mencionado neste artigo, observado o disposto no Art. 144, item III, primeira e segunda partes da Constituição.

§ 2º - A faculdade conferido ao Governador por este artigo exercer-se-á até 31 de janeiro de 1979, devendo as outras 3 (três) vagas de Desembargador ser preenchidas por indicação do Tribunal de Justiça, obedecido o disposto no art. 144, item III, da Constituição.

§ 3º - Não sendo preenchida a vaga de Desembargador reservada a advogado ou a membro do Ministério Público pela forma prevista no § 1º, item I, o Tribunal de Justiça, na quinzena subsequente à sua instalação, votará lista tríplice mista observados os requisitos do art. 144, item IV, da Constituição.

§ 4º - À nomeação mencionada no § 1º, item I, e no parágrafo anterior, somente podem concorrer advogados inscritos na Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e membros do Ministério Público desses Estados.

Art. 14 - O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul providenciará a instalação e o funcionamento do Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 15 - O Tribunal de Justiça, até a sua 5º (quinta) sessão ordinária mediante eleição pelo voto secreto, escolherá os 2 (dois) Desembargadores, os 2 (dois) Juízes de Direito e os 6 (seis) cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral, dentre os quais o Presidente da República nomeará 2 (dois) que, com aqueles e o Juiz Federal, comporão o Tribunal Regional Eleitoral.

Parágrafo único - Os Desembargadores e Juízes de Direito, eleitos na forma deste artigo, serão empossados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, em sessão do Tribunal Regional Eleitoral, que se realizará no dia subsequente ao da sua eleição, e, em seguida, sob a presidência no Desembargador mais idoso, juntamente com os outros membros já nomeados do Tribunal Regional Eleitoral, elegerão o Presidente e o Vice-Presidente, observado o disposto no art. 12 e seu § 1º.

Art. 16 - Passarão a integrar a Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul os Juízes de Direito e os Juízes Substitutos, com exercício em Comarca sediada no território sob sua jurisdição, desde que o requeiram, até 30 de novembro de 1978, ao Governador nomeado, assegurados os respectivos cargos, direitos e garantias.

SEÇÃO IV Do Ministério Públco

Art. 17 - O Ministério Públco do Estado de Mato Grosso do Sul terá por Chefe o Procurador-Geral, nomeado, em comissão pelo Governador, dentre cidadãos maiores de 35 (trinta e cinco) anos, de notório saber jurídico e reputação ilibada.

Art. 18 - Comporão o Ministério Públco do Estado de Mato Grosso do Sul os membros do Ministério Públco do Estado de Mato Grosso que, na data da vigência desta Lei, estejam exercendo suas funções no território do novo Estado, sendo-lhes assegurados os respectivos cargos, direitos e garantias.

Art. 19 - Poderão ser nomeados para funcionar junto ao Tribunal da Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul os da Justiça do Estado de Mato Grosso, desde que o requeiram ao Governador até 30 de novembro de 1978, sendo-lhes assegurados os respectivos cargos, direitos e garantias.

Parágrafo único - As nomeações mencionadas neste artigo levarão em contas necessidades de serviço do Estado de Mato Grosso, após o desmembramento.

CAPÍTULO III Do Patrimônio

Art. 20 - No respectivo território, o Estado de Mato Grosso do Sul sucede, no domínio, jurisdição e competência, ao Estado de Mato Grosso.

Art. 21 - O patrimônio da Administração Direta do Estado de Mato Grosso existente, a 1º de janeiro de 1979, no território do Estado de Mato Grosso do Sul, fica transferido a este Estado.

Parágrafo único - Compreendem-se no patrimônio os bens, rendas, direitos e encargos.

Art. 22 - O patrimônio das entidades da Administração Indireta e das Fundações instituídas por lei estadual, compreendendo os bens, rendas, direitos e encargos, será distribuído entre os Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, em função das respectivas necessidades, com prévia audiência da Comissão Especial a ser criada nos termos desta Lei.

§ 1º - Fica a União autorizada a assumir a dívida fundada e encargos financeiros da Administração Direta do Governo do Estado de Mato Grosso, a partir de 1º de janeiro de 1979, inclusive os decorrentes de prestação de garantia, ouvida a Comissão Especial mencionada neste artigo e mediante aprovação do Presidente da República.

§ 2º - Até 31 de dezembro de 1978, os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado de Mato Grosso, as entidades da Administração Indireta e as Fundações criadas por lei estadual somente poderão assumir obrigações e encargos financeiros que ultrapassem aquele exercício, quando previamente autorizadas pelo Presidente da República.

CAPÍTULO IV Do Pessoal

Art. 23 - Observados os princípios estabelecidos no inciso V e § 4º do art. 13 da Constituição, os Governadores dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, deverão aprovar, no prazo máximo de 6 (seis) meses, no primeiro caso a partir de 1º de janeiro e no segundo a contar de 15 de março de 1979, os quadros e tabelas definitivos do pessoal civil e os efetivos da Polícia Militar.

Parágrafo único - Os quadros e tabelas de que trata este artigo serão organizados com base na lotação que for fixada para os órgãos de cada um dos Estados.

Art. 24 - Os servidores pertencentes ao Estado de Mato Grosso, em exercício em 31 de dezembro de 1978, serão incluídos em Quadros provisórios, na situação funcional em que se encontrarem.

§ 1º - Em decorrência do disposto neste artigo, haverá Quadros provisórios de pessoal para o Estado de Mato Grosso e para o Estado de Mato Grosso do Sul, nos quais serão incluídos, respectivamente, os servidores em exercício no território de cada um dos referidos Estados.

§ 2º - Aprovados os Quadros definitivos, se verificada a existência de excedentes, estes poderão ser redistribuídos, após sua prévia manifestação, de um Estado para outro, a fim de completarem as respectivas lotações, de conformidade com critérios que serão definidos pelos Governos dos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul em coordenação com a Comissão Especial prevista nesta Lei.

§ 3º - Os funcionários efetivos e os servidores regidos pela legislação trabalhista estáveis e os não optantes pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que não se

manifestarem favoravelmente à redistribuição de que trata o parágrafo anterior, assim como os que, por falta de vaga nas respectivas lotações, não puderem ser redistribuídos, serão incluídos em Quadros ou Tabelas suplementares.

Art. 25 - A partir da vigência desta Lei e até 1º de janeiro de 1979 fica vedado, nos termos do art. 3º, § 5º, da Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, ao Estado de Mato Grosso admitir pessoal ou alterar disposições legais a respeito.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica às admissões ou contratações relativas a claros decorrentes de aposentadoria ou falecimento, nomeação de concursados e às exceções referidas nos itens I, III, IV e VI do § 1º do art. 1º do Ato Complementar nº 52, de 2 de maio de 1969; nos demais casos, se necessário, as admissões ficarão condicionadas à manifestação favorável da Comissão Especial prevista nesta Lei.

Art. 26 - A contagem do tempo de serviço dos servidores redistribuídos não será interrompida, sendo válida no Estado em que se integrarem, para todos os efeitos legais.

Parágrafo único - Os contribuintes do Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso - IPEMAT, lotados no Estado de Mato Grosso do Sul, continuarão contribuindo para aquela entidade, até que instituição análoga seja criada no novo Estado, quando lhe serão transferidos tais contratos de pecúlio, mediante convênio firmado pelas duas entidades.

Art. 27 - A responsabilidade do pagamento dos inativos e pensionistas existentes a 31 de dezembro de 1978 cabe ao Estado de Mato Grosso, com a colaboração financeira do Estado de Mato Grosso do Sul e do Governo federal, conforme proposição a ser apresentada pela Comissão Especial de que trata esta Lei.

CAPÍTULO V

Do Orçamento

Art. 28 - Os Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul terão, para o exercício financeiro de 1979, orçamentos próprios, elaborados de acordo com as disposições legais vigentes e o estabelecido neste Capítulo.

§ 1º - O projeto de lei orçamentária anual do Estado de Mato Grosso, para o exercício financeiro de 1979, será encaminhado pelo Poder Executivo à Assembléia Legislativa, nos termos da legislação estadual em vigor.

§ 2º - O orçamento anual do Estado de Mato Grosso do Sul, para o exercício financeiro de 1979, será aprovado pelo Governador, mediante decreto-lei, no dia de sua posse.

§ 3º - Serão também aprovados, por ato do Governador, os orçamentos, para o exercício financeiro de 1979, das entidades da Administração Indireta e das Fundações criadas pelo Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 29 - A partir do exercício financeiro de 1979, inclusive, as transferências da União aos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, decorrentes das disposições constitucionais e legais vigentes, deverão ser previstas como receita, nos respectivos orçamentos.

Art. 30 - Fica o Poder Executivo federal autorizado a abrir, no Orçamento da União, para o exercício de 1978, mediante cancelamento de outras dotações, crédito especial no valor de Cr\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) destinado ao Ministério do Interior, para atender às despesas preliminares com a instalação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e demais providências decorrentes da execução da presente Lei.

CAPÍTULO VI

Dos Partidos e das Eleições

Art. 31 - O Estado de Mato Grosso do Sul constituirá, a partir das eleições de 1978, circunscrição eleitoral distinta da do Estado de Mato Grosso, válidos os atuais títulos nas respectivas Zonas Eleitorais.

Art. 32 - Ficam extintos os atuais Diretórios Regionais dos Partidos Políticos do Estado de Mato Grosso, cabendo às Comissões Executivas Nacionais designarem Comissões Provisórias nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nos termos e para os fins previstos no art. 59 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis nºs 5.697, de 27 agosto de 1971, 5.781, de 5 de junho de 1972, e 6.196, de 19 de dezembro de 1974.

Parágrafo único - São mantidos os Diretórios Municipais existentes nos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

Art. 33 - Das Convenções Partidárias Regionais, previstas na Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, e a se realizarem nos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, em 1978, participarão os atuais Senadores, Deputados federais e Deputados estaduais, eleitos pelo Estado de Mato Grosso, na circunscrição em que tenham domicílio eleitoral.

Art. 34 - Nas primeiras eleições federais e estaduais nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, serão elegíveis candidatos que tenham requerido, até 15 de novembro de 1977, a transferência do domicílio eleitoral de um para outro Estado.

Art. 35 - O Senador eleito pelo Estado de Mato Grosso, cujo mandato termina mina em 31 de janeiro de 1983, representará o Estado em que, à época da respectiva eleição, tinha domicílio eleitoral.

Art. 36 - Nas eleições de 15 de novembro de 1978, para o Senado, no Estado que deva eleger três Senadores, o menos votado dos dois eleitos por sufrágio direto terá o mandato de quatro anos.

Parágrafo único - No Estado de Mato Grosso do Sul, a eleição do Senador a que se refere o § 2º do art. 41 da Constituição realizar-se-á no dia 28 de janeiro de 1979, pelo Colégio Eleitoral formado pela Assembléia Constituinte e Delegados das Câmaras Municipais.

Art. 37 - Não participarão do Colégio Eleitoral do Estado de Mato Grosso, nas eleições de 1º de setembro de 1978, os Deputados estaduais com domicílio eleitoral no Estado de Mato Grosso do Sul, nem os Delegados das Câmaras Municipais neste sediados.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 38 - O Poder Executivo federal instituirá, a partir de 1979, programas especiais de desenvolvimento para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com duração de 10 (dez) anos, propiciando apoio financeiro aos Governos dos dois Estados, inclusive quanto a despesas correntes.

§ 1º - No exercício financeiro de 1979, os referidos programas deverão envolver recursos da União no valor mínimo de Cr\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), dos quais pelo menos Cr\$1.400.000.000,00 (hum bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros), destinados ao Estado de Mato Grosso.

§ 2º - Os recursos para os programas de que trata este artigo deverão constar dos projetos de lei orçamentária anual e plurianual da União.

Art. 39 - A União providenciará as medidas necessárias à federalização da Universidade estadual de Mato Grosso, localizada na Cidade de Campo Grande.

Art. 40 - Aplicar-se-á, no Estado de Mato Grosso do Sul, a legislação em vigor no Estado de Mato Grosso, à data da vigência desta Lei, até que leis ou decretos-leis, expedidos nos termos do art. 7º, a substituam.

Art. 41 - O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso manterá íntegra, até a Instalação do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, sua competência originária e recursal, abrangendo sua jurisdição todo o território do Estado de Mato Grosso anterior à criação do novo Estado.

Art. 42 - Até que se instale o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul, suas atribuições serão exercidas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso.

Art. 43 - Enquanto não se instalar a Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, continuará com jurisdição sobre o seu território a do Estado de Mato Grosso.

Art. 44 - A nomeação do Prefeito da Capital, nos termos da Constituição federal, far-se-á após o término do mandato do atual Prefeito do Município de Campo Grande.

Art. 45 - A Amazônia, a que se refere o art. 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, compreenderá também toda a área do Estado de Mato Grosso.

Art. 46 - A área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste compreenderá os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, o Distrito Federal e o Território Federal de Rondônia.

Parágrafo único - O Poder Executivo federal dotará a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste dos instrumentos necessários para o planejamento regional e coordenação da execução dos programas especiais de desenvolvimento de que trata o art. 38.

Art. 47 - As entidades da Administração Indireta e as fundações instituídas por lei estadual, até que se efetive a distribuição patrimonial prevista no art. 22, caput, continuarão vinculadas ao Estado de Mato Grosso e sob sua responsabilidade.

Art. 48 - O Poder Executivo federal criará Comissão Especial, vinculada ao Ministério do Interior e integrada por representantes deste e do Ministério da Justiça, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, com as seguintes finalidades:

I - propor os programas especiais de desenvolvimento referidos no art. 38 e acompanhar a sua execução;

II - assessorar o Governo federal e colaborar com os Governos dos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul na execução das medidas decorrentes desta Lei, especialmente as relativas ao patrimônio, pessoal e orçamento, submetendo à apreciação do Presidente da República as questões pendentes de decisão no âmbito dos Governos dos dois Estados e de órgãos ou entidades do Governo federal;

III - examinar os encargos financeiros das entidades da Administração Indireta e Fundações criadas por lei estadual, propondo medidas destinadas a definição das responsabilidades financeiras, inclusive a cooperação do Governo federal;

IV - outras, a ela atribuídas no corpo desta Lei.

Parágrafo único - Integrarão a Comissão Especial representantes dos Governos dos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

Art. 49 - O Estado de Mato Grosso, em face da diminuição de seu território, redimensionará os órgãos e entidades de sua Administração, inclusive dos Poderes Legislativos e Judiciário.

Parágrafo único - Os órgãos e entidades do Governo federal em atuação nos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul serão adaptados às condições resultantes da presente Lei.

Art. 50 - Após a nomeação do Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, o Ministro do Interior poderá requisitar, sem prejuízo de direitos e vantagens, servidores do Estado de Mato Grosso, que ficarão à sua disposição para atender as providências antecedentes à instalação dos Poderes do novo Estado.

Art. 51 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 52 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de outubro de 1977; 156º da Independência e 89º da República.